



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024-CCSC/PMJ
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
MENOR PREÇO

Regido pela Lei Federal nº 14.133/2021, e Decreto Municipal Nº 013/2024-GP/PMJ, de 10 de abril de 2024 que REGULAMENTA, no âmbito da Administração Municipal, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece Normas Gerais de Licitação e Contratos Administrativos, e, ainda, pela Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela LC 147/2014, LC 155/2016, e demais Dispositivos Legais aplicáveis à espécie.

PARTICIPAÇÃO COM CONTRATAÇÃO PRIORITÁRIA PARA ME E EPP LOCAL/REGIONAL,
CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 013/2024-GP/PMJ

Tipo de julgamento:	Menor Preço
Objeto:	FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUTAI-AM, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES
Processo Administrativo	Processo Administrativo Nº 015/2024 – PMJ
Órgão Gerenciador	Município de Jutai/AM
Órgão Interessado	Secretaria Municipal de Saúde
Observação: a Sessão Pública para recebimento das propostas de preços e dos documentos de habilitação será realizada na data, horário e local descritos abaixo:	
Data:	11/12/2024
Horário:	9h (horário oficial de Manaus)
Local:	Plataforma “Bolsa Nacional de Compras – BNC” https://bnc.org.br

Dias, horários e local para leitura ou obtenção deste edital físico: de Segunda a Sexta-feira (dias úteis e de expediente) das 8h às 12h e das 14h às 17h na Sede da Prefeitura Municipal e Plataforma “Bolsa Nacional de Compras – BNC” <https://bnc.org.br>.

O edital estará disponível, eletronicamente, através do Portal da Transparência do Município de Jutai/AM no link www.jutai.am.gov.br/transparencia, e a pedido via e-mail licitacaojutai@gmail.com e acesso por meio da Plataforma “Bolsa Nacional de Compras – BNC” <https://bnc.org.br>.

Obs.: O município disponibilizará o edital de licitação mediante divulgação e manutenção do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos no PNCP. (art. 59, caput, do Decreto municipal nº 013/2024, de 10 de abril de 2024).

Aviso de licitação publicado na imprensa oficial do município de Jutai no site:

www.jutai.am.gov.br/transparencia



SUMÁRIO

PREÂMBULO	1
1. DO OBJETO	1
2. DO PRAZO DE VIGÊNCIA	2
3. DO RECURSO FINANCEIRO	2
4. DO CREDENCIAMENTO	2
5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	2
6. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS	4
7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	4
8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	5
9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA	7
10. DA HABILITAÇÃO	8
11. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA	10
12. DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO	10
13. DOS RECURSOS	11
14. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA	11
15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	11
16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS	12
17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO	12
18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	12
19. DO REAJUSTE EM SENTIDO GERAL	13
20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO	13
21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA	13
22. DO PAGAMENTO	13
23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	13
24. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO	15
25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	16
26. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO	17
27. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO	17
28. DISPOSIÇÕES GERAIS	17
MODELO ANEXO I – PROPOSTA DE PREÇOS	19
MODELO ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA	20
MODELO ANEXO III - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO	70
MODELO ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA	74
MODELO ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ME/EPP	75
MODELO ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO	76
MODELO ANEXO VII – MINUTA DE ATA DE REGISTRO	85



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024 –CCSC/PMJ – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2024 – PMJ

PARTICIPAÇÃO COM CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA PARA ME E EPP REGIONAL,
CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 013/2024-GP/PMJ.

PREÂMBULO

O **MUNICÍPIO DE JUTAI-PREFEITURA MUNICIPAL**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Costa e Silva Nº 119-E, CEP: 69.660-000, Jutai, Amazonas, inscrito no CNPJ sob o nº 04.285.896/0001-53, por intermédio de seu (a) Pregoeiro (a) Oficial, torna público a realização de licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, para finalidade de **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, com critério de julgamento do tipo “**MENOR PREÇO POR ITEM**”, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Lei Complementar nº 147/2014, Lei Complementar nº 155/2016, Decreto Federal nº 8.538/2015, Decreto Municipal nº 013/2024-GP/PMJ e demais normas pertinentes e pelas condições estabelecidas pelo presente instrumento e seus anexos.

O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases. Os trabalhos serão conduzidos por servidor (a) do Município de Jutai/AM, denominado(a) Pregoeiro(a), mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a **Plataforma “Bolsa Nacional de Compras – BNC”**, constante da página eletrônica no endereço <https://bnc.org.br/>.

Início de Cadastro de Proposta: 29/11/2024 à 9h (horário de Manaus)

Limite para impugnação: 06/12/2024 até às 17h (horário de Manaus)

Limite de Acolhimento das Propostas: 11/12/2024 às 08h (horário de Manaus)

Tipo de Licitação: Menor Preço por item.

Data da Sessão: 10/12/2024 - Horário da Sessão: 9h (horário de Manaus).

Local: Plataforma Bolsa Nacional de Compras – BNC – <https://bnc.org.br/>.

Modo de Disputa: Aberto

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto o Menor Preço para **FORMAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JUTAI-AM, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES**, de acordo com as condições constantes no termo de referência e seus anexos.

1.2. A descrição detalhada do objeto deste Instrumento Convocatório está discriminada no **Anexo II (TERMO DE REFERÊNCIA)** e deverá ser minuciosamente observada pelas licitantes quando da elaboração de suas propostas de preços.

1.3. A licitação será realizada na modalidade de Pregão, de acordo com o disposto na Lei Federal 14.133/2021 nos **Arts. 28, I; 6º, X; 29, caput e 82, e pelo Decreto Municipal nº 013/2024 de 10 de abril de 2024, no art. 209**, considerando a oportunidade de maior concorrência e competitividade, oportunizando a igualdade aos interessados, maior vantajosidade e economicidade ao ente público.

1.4. Conforme estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006, bem como o Decreto Municipal 013/2024 – GP de 04 de abril de 2024, Art. 297; § § 1º e 2º incisos I e V, há amparo legal para a adoção de mecanismos de preferência para empresas locais, especialmente para aquelas classificadas como microempresas e empresas de pequeno porte, promovendo o desenvolvimento econômico regional. Dessa forma, ao direcionar o pregão eletrônico com cláusulas que priorizem a contratação de empresas locais, a Prefeitura de Jutai contribui diretamente para a geração de empregos, aumento da renda e fortalecimento do comércio e dos serviços no município.

1.5. A adoção da preferência regional na aquisição de material permanente para a saúde no município de Jutai/AM fundamenta-se na necessidade de estimular o desenvolvimento econômico local e regional, assegurando maior



agilidade na entrega, melhor suporte técnico e garantia de manutenção dos bens adquiridos, além de promover o cumprimento dos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente o desenvolvimento sustentável

1.1. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura e sua respectiva publicação na imprensa oficial, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.2. O prazo para o fornecimento do objeto é de 30 (dias), a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento, admitida prorrogação.

3. DO RECURSO FINANCEIRO

3.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária proveniente de emenda parlamentar, prevista no orçamento Municipal para o exercício de 2024.

3.2. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, não há necessidade de informar rubrica orçamentária, conforme estabelecido no art. 44, § 1.º, inciso I, do Decreto Municipal nº 013/2024, de pronto, que somente será exigida para formalização do contrato ou outro instrumento hábil. Neste mesmo sentido, dispõe a Orientação Normativa AGU Nº 20, de 01 de abril de 2009 *“na licitação para registro de preços, a indicação da dotação orçamentária é exigível apenas antes da assinatura do contrato.*

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. As Licitantes interessadas deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública via internet;

4.2. Para participar do pregão eletrônico, o licitante deverá estar credenciado no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site <https://bnc.org.br>;

4.2.1. As despesas do credenciamento e adesão no sítio <https://bnc.org.br> serão de total e irrestrita responsabilidade do credenciado.

4.3. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão;

4.5. O uso da senha de acesso pelo Licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do Sistema, ou do Município de Jutai/AM, responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que, por terceiros;

4.6. O licitante que deixar de assinalar o campo da **Declaração de ME/EPP**, não terá direito a usufruir do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte e equiparadas;

4.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.8. É de responsabilidade exclusiva do licitante o uso adequado do sistema, cabendo-lhe zelar por todas as transações efetuadas diretamente ou por seu representante.

4.9. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

5. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos;



5.2. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://bnc.org.br>;

5.2.1. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio da Plataforma Eletrônica, observada data e horário limite estabelecidos.

5.2.1.1. O custo de operacionalização pelo uso da Plataforma de Pregão Eletrônico, a título de remuneração pela utilização dos recursos da tecnologia da informação ficará a cargo do licitante.

5.2.2. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação de proposta implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada em seu preâmbulo;

5.2.3. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva do licitante, não sendo do Município de Jutai/AM, em nenhuma hipótese responsável por eles. O licitante também é o único responsável pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, ou pela sua eventual desconexão;

5.3. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO II (termo de referência);

5.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

5.4.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.4.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

5.4.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.4.4. Os que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14º da Lei nº 14.133/2021;

5.4.5. Os que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

5.4.6. Os que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

5.4.7. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

5.4.8. Instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017).

5.5. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei nº 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

5.6. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem modelo de gestão operacional adequado ao objeto desta licitação, com compartilhamento ou rodízio das atividades de coordenação e supervisão da execução dos serviços, e desde que os serviços contratados sejam executados obrigatoriamente pelos cooperados, vedando-se qualquer intermediação ou subcontratação.

5.7. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

5.8. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

5.8.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF



nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

5.8.2. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

6. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema (<https://bnc.org.br>), concomitantemente com os documentos de HABILITAÇÃO exigidos no edital, proposta com a “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO”, incluindo QUANTIDADE, PREÇO e a MARCA (CONFORME SOLICITA O SISTEMA), até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a etapa de envio dessa documentação;

6.2. As propostas cadastradas no Sistema NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.3. Em caso de identificação da licitante na proposta cadastrada, esta será DESCCLASSIFICADA pelo(a) Pregoeiro(a).

6.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, bem como acompanhar as operações no sistema durante a sessão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

6.5. O licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no PORTAL e as especificações constantes do ANEXO II (termo de referência), prevalecerão às últimas;

6.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.7. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha;

6.8. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006;

6.9. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

6.10. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta;

6.11. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances;

6.12. O CNPJ/MF a ser indicado nos documentos da proposta de preço e da habilitação, deverá ser o mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente faturará e fornecerá o objeto da presente licitação.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

7.1.1. Valor unitário e total do item;

7.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

7.1.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada;

7.1.4. É obrigatório à indicação da marca, modelo e do fabricante do produto no sistema eletrônico, sob pena de desclassificação.

7.2. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;



7.3. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto;

7.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação;

7.5. DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

7.5.1. Nos termos do Art. 297, parágrafo §2º, do Decreto Municipal nº 013/2024-PMJ, terá direito a preferência na contratação às microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente.

7.5.2. Será aplicado somente nas situações em que as ofertas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço;

- a) A aplicação do direito de preferência se dará na seguinte ordem (regulamentado conforme autoriza o parágrafo §3º do Decreto Municipal nº 013/2024-PMJ);
- b) 1º para as sediadas do município de Jutai/AM;
- c) 2º para as sediadas os municípios do Estado (Rio Solimões) inseridos no art. 297 parágrafo §3º inciso II do Decreto Municipal 013/2024;
- d) 3º para as sediadas em quaisquer dos municípios situados no Estado do Amazonas.

7.6. A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

7.7. Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

7.8. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.9. Nas licitações mistas (com lotes/itens exclusivos para participação das microempresas ou da empresa de pequeno porte e lotes para ampla participação) a prioridade será aplicada A TODOS OS ITENS reservados ou não, para contratação exclusiva de microempresa ou da empresa de pequeno porte.

7.10. Nos demais casos não previstos neste edital e que gerem direitos diferenciados, serão aplicados conforme disposições do Decreto Municipal nº 013/202.

8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. No horário estabelecido neste Edital, o (a) Pregoeiro (a) abrirá a sessão pública, verificando as propostas de preços lançadas no sistema, as quais deverão estar em perfeita consonância com as especificações e condições detalhadas no item 6.1 do edital;

8.2. O (a) Pregoeiro (a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, e ausência de declaração que não atendam a convocação no chat ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

8.2.1. Também será desclassificada a proposta que não identifique o licitante.

8.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o (a) Pregoeiro (a) e os licitantes.

8.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor Consignado no registro.



8.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor do item.

8.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.7. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.8. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.9. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo (a) Pregoeiro (a), devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

8.9.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.10. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.12. No caso de desconexão com o (a) Pregoeiro (a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.13. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do (a) Pregoeiro (a) aos participantes.

8.14. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

8.15. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do (a) Pregoeiro (a). O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

8.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

8.17. Quando for o caso, em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.18. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.19. A Proposta melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.20. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.21. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.22. Só se considera empate entre propostas iguais, não seguidas de lances. Lances equivalentes não serão considerados iguais, uma vez que a ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

8.22.1. Havendo eventual empate entre propostas, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:



- 8.22.1.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 8.22.1.2.** empresas brasileiras;
- 8.22.1.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.22.1.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

8.23. Persistindo o empate entre propostas, será aplicado o sorteio como critério de desempate.

8.24. Apurada a proposta final classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante para que seja obtido melhor preço, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.

8.25. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.26. Após a negociação do preço, o (a) Pregoeiro (a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

9.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

9.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII, da IN [SEGES/MP nº 005/2017](#), que:

9.2.1. Contenham vícios ou ilegalidades;

9.2.2. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência ou Projeto Básico.

9.2.3. apresentarem preços finais superiores ao valor máximo estabelecido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

9.2.3.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

9.2.3.1.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.3. O (a) Pregoeiro (a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 01 (uma) hora, sob pena de não aceitação da proposta.

9.3.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

9.3.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo (a) Pregoeiro (a), destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.

9.3.3. Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

9.3.4. O (a) Pregoeiro (a) analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

9.3.5. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo (a) Pregoeiro (a), desde que não haja majoração do preço proposto.



9.3.5.1. Considera-se erro no preenchimento da planilha a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, exceto para atividades de prestação de serviços previstas nos §§5º-B a 5º-E, do artigo 18, da LC 123, de 2006.

9.3.5.2. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o teor da proposta apresentada, seja quanto ao preço ou quaisquer outras condições que importem em modificações de seus termos originais, ressalvadas apenas as alterações absolutamente formais, destinadas a sanar evidentes erros materiais, sem nenhuma alteração do conteúdo e das condições referidas, desde que não venham a causar prejuízos aos demais licitantes;

9.4. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

9.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, mediante convocação na ordem de classificação.

9.6. Havendo necessidade, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.7. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o (a) Pregoeiro (a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

9.8. Se a proposta de preços não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo desse Edital tais como suas declarações e seus anexos, o (a) Pregoeiro (a) considerará o proponente desclassificado.

9.9. Para fins de análise quanto a qualidade do objeto, o pregoeiro, convocará o melhor lance para apresentar amostra do produto no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, na Representação de Jutai/AM, localizada na Avenida Domingos Jorge Velho, nº 407, Bairro Dom Pedro, CEP 69.042-470, Manaus/Am.

9.9.1. Se não cumprido os requisitos do item 9.9, o Pregoeiro convocará o licitante subsequente, e, assim sucessivamente, mediante convocação na ordem de classificação.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.1.1. SICAF;

10.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br);

10.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

10.1.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos CADICON, mantidas pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>);

Nota Explicativa: A consulta aos dois cadastros – CEI e CNJ, trata-se de verificação da própria condição de participação na licitação, nos termos do Acórdão nº 1.793/2011 (Plenário TCU).

10.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.1.5.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

10.1.5.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

10.1.5.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.



- 10.1.6.** Constatada a existência de sanção, o (a) Pregoeiro (a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 10.1.7.** No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 10.2.** Não ocorrendo inabilitação, o (a) Pregoeiro (a) consultará o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores-SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.
- 10.2.1.** O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;
- 10.3.** Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
- 10.4.** Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente por meio do sítio oficial, ou na hipótese de ela se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de 01 (uma) hora, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação.
- 10.4.1.** As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 10.5.** O(s) licitante(s) deverá(ão) anexar até o horário estipulado pelo pregoeiro durante a sessão, no campo específico do sistema eletrônico, toda a documentação relacionada no Anexo III, para fins de habilitação:
- 10.5.1.** A responsabilidade do upload dos documentos é integralmente da empresa, sendo assim deverá anexar todos os documentos solicitados no Instrumento Convocatório.
- 10.5.2.** Os documentos relativos à habilitação previstos no ANEXO III deverão ser providenciados pelos participantes até o horário da sessão. Sendo que todos os documentos devem ser anexados na plataforma de pregão eletrônico, independente do campo. Não sendo prejudicada ou inabilitada por falta de ordem, ou anexados em campos não correspondentes, pode ser anexado mais de um documento em um mesmo arquivo, os documentos que não tiverem campos idênticos marcados na plataforma do pregão eletrônico poderão ser anexados em qualquer outro campo que a empresa desejar.
- 10.5.3.** Ao encerrar o pregão, o(a) Pregoeiro(a) analisará a Documentação de Habilitação relacionada no ANEXO III anexadas pela empresa licitante na plataforma do pregão eletrônico por upload, como condição para comprovação de sua habilitação. Caso a empresa não tenha realizado o upload dos documentos ou deixar de anexar algum documento ou declaração relacionados no ANEXO III, a mesma será considerada INABILITADA.
- 10.6.** O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios.
- 10.7.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 10.8.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 10.9.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 10.10.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra Microempresa, Empresa de Pequeno Porte



ou Sociedade Cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

10.11. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o (a) Pregoeiro (a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.12. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

10.13. Nos itens não exclusivos a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

10.14. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

10.14.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

10.15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

11.DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

11.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 01 (uma) hora a contar da solicitação do (a) Pregoeiro (a) no sistema eletrônico e deverá:

11.1.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

11.1.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

11.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

11.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

11.3. Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional, ressalvado o disposto no art. 52 desta Lei; (art. 12º da Lei nº 14.133/2021).

11.4. Declaração de que os preços apresentados compreendem todas as despesas incidentes sobre o objeto licitado, tais como impostos, taxas, encargos sociais e trabalhistas, transportes e seguros em geral, bem como lucro, sem que caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao Município;

11.5. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

11.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

11.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

11.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

12.DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO

12.1. Será convocado o licitante vencedor a apresentar os documentos de habilitação já inseridos na plataforma BNC.

12.2. Caso o licitante não apresente os documentos de habilitação no prazo citado no item anterior, será considerado inabilitado.

12.3. O (a) Pregoeiro (a) fará a análise dos documentos enviados na plataforma BNC, para analisar a documentação da empresa melhor colocada, sendo esta documentação acessível aos demais licitantes.



12.4. A convocação ocorrerá exclusivamente pelo sistema, devendo o licitante encaminhar, de forma digital, todos os documentos elencados neste edital.

12.5. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação e proposta final pelo licitante classificado em primeiro lugar, o (a) Pregoeiro (a) o declarará vencedor.

12.6. Ocorrendo a inabilitação, o (a) Pregoeiro (a) convocará o autor do segundo melhor lance para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem crescente de preço, os autores dos demais lances, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

13. DOS RECURSOS

13.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão (ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

13.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro (a) verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

13.2.1. Nesse momento o (a) Pregoeiro (a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

13.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

13.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 03 (três) dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 03 (três) dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13.5. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente. Os documentos comprobatórios do representante legal (que comprovam os poderes legais) deverão ser enviados juntamente com o recurso.

14. REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

14.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

14.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

14.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

14.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

14.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

14.3. A convocação feita por e-mail e dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

15. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

15.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do (a) Pregoeiro (a), caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.



15.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a Prefeitura Municipal de Jutai/AM, não estará obrigado a adquirir os materiais registrados, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao fornecedor, sendo, entretanto, assegurado ao beneficiário do registro, a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

16.2. O não comparecimento da adjudicatária para assinatura da Ata de Registro de Preço, implicará multa e perda do direito ao registro de preço.

16.3. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preço será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

16.4. Os preços da licitante vencedora não serão registrados se esta não cumprir com as condições legais de documentação exigida, ou por motivo de força maior que inviabilize o fornecimento dos materiais.

16.5. É facultado à Prefeitura Municipal de Jutai/AM, convocar as outras licitantes remanescentes classificadas para procederem ao registro de preços, no prazo e nas mesmas condições financeiras constantes da proposta vencedora.

16.6. Prefeitura Municipal de Jutai/AM, poderá, até a assinatura da Ata de Registro de Preços, desclassificar o licitante vencedor, por despacho fundamentado, sem direito a indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver informação fundada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone a qualificação técnica, habilitação jurídica, qualificação econômico- financeira ou regularidade daquela licitante.

17. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

17.1. De acordo com o Termo de Referência.

18. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

18.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

18.2. O adjudicatário terá o prazo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

18.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data de seu recebimento.

18.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

18.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

18.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

18.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

18.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 139 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 104 da mesma Lei.

18.4. O prazo de vigência da contratação se encerra no final do exercício financeiro da assinatura do mesmo e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

18.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como



ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

18.6. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

18.6.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

18.7. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

18.8. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

19. DO REAJUSTE EM SENTIDO GERAL

19.1. Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento de preços será por reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais.

19.1.1. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém, poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o período mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tomando-se por base a data da apresentação da proposta;

19.2. Os preços propostos serão reajustados pelo Índice Geral de Preços do Mercado, ou quando ocorrerem motivos de força maior que desequilibrem a equação econômica e financeira do Contrato, situação que deverá ser apontada e comprovada pela CONTRATADA, para que a Prefeitura Municipal de Jutai/AM examine e decida pelo reajustamento excepcional, fora do prazo acima estabelecido.

19.3. A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1º (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

19.4. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

19.5. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

21. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

21.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

22. DO PAGAMENTO

22.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência.

23. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

23.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:



- 23.1.1.** Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 23.1.2.** Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- 23.1.3.** Dar causa à inexecução total do contrato;
- 23.1.4.** Apresentar documentação falsa;
- 23.1.5.** Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 23.1.6.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 23.1.7.** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- 23.1.8.** Cometer fraude fiscal;
- 23.1.9.** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 23.1.10.** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 23.1.11.** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 23.1.12.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 23.1.13.** Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 23.1.14.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 23.1.15.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 23.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 23.3.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 22.1. as seguintes sanções:
 - 23.3.1.** Advertência por escrito;
 - 23.3.2.** Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;
 - 23.3.3.** Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Jutai/AM, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita pela Administração da Prefeitura Municipal de Jutai/AM, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade 05 (cinco) anos;
 - 23.3.4.** Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV, do art.156, da Lei nº 14.133/2021 e art.14 do Decreto nº 3.555/00.
- 23.4.** Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.
- 23.5.** Na aplicação das sanções serão considerados:
 - 23.5.1.** A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 23.5.2.** As peculiaridades do caso concreto;
 - 23.5.3.** As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 23.5.4.** Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
 - 23.5.5.** A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
 - 23.5.6.** A sanção prevista no item 23.3.1. será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
 - 23.5.7.** A sanção prevista no item 23.3.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado



ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/21.

- 23.5.8.** A sanção prevista no item 23.3.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 23.5.9.** A sanção prevista no item 23.1.14 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 23.5.10.** As sanções previstas nos itens 23.3.1., 23.3.3 e 23.3.4 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 23.3.2.
- 23.5.11.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 23.5.12.** A aplicação das sanções previstas no item 23.3 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

24. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 24.1.** O gestor de Ata de Registro de Preços/Contrato, serão designados em momento oportuno por meio de Portaria, e o fiscal administrativo do contrato, o servidor será informado posteriormente.
- 24.2.** O gestor da Ata de registro de preço/Contrato coordenará a entrega e utilização dos itens, a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da avença contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 24.3.** Acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais; os registros realizados pela fiscal do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 24.4.** O gestor de Ata de Registro de Preços/Contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 24.5.** O fiscal de contratos compete o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato e ainda:
- I.** Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
 - II.** Informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
 - III.** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.
- 24.6.** A fiscalização também manterá contato com o preposto/representante da contratada com vistas a garantir ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases da execução do objeto deste contrato e do Comportamento do Pessoal da contratada, sem prejuízo da obrigação desta de fiscalizar seus responsáveis técnicos, empregados, prepostos ou subordinados.



24.7. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, pelos danos causados a Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

24.8. A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Administração, não elide nem diminui a responsabilidade da empresa quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes, responsabilizando esta quanto a quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, que não implicarão corresponsabilidade da Administração ou do servidor designado para a fiscalização.

24.9. Além do gestor e fiscal, ainda poderá haver comissão interna especial que irá avaliar as amostras quando for o caso.

24.10. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa vencedora do certame, pelos danos causados a Administração ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou prepostos.

24.11. É vedado à administração ou seus agentes, durante a execução dos contratos:

24.11.1. Indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

24.11.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo contratado;

24.11.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado;

24.11.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

24.11.5. demandar a funcionário de empresa prestadora de serviço terceirizado a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação;

24.11.6. promover intervenção indevida da Administração na gestão interna do contratado.

25. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

25.1. Nos termos do Art. 164 da Lei 14.133/21, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

25.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacaojutai@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Costa e Silva, Nº119-E, bairro Centro, Jutai/AM, Central de Compras, Serviços e Contratos - CCSC.

25.3. Qualquer licitante poderá recorrer dos atos praticado pelo Pregoeiro, cuja intenção deverá ser manifestada no final da sessão pública, sob pena de decadência do direito de recorrer.

25.4. A síntese das razões recursais deverá ser registrada na ata da sessão, cabendo ao Pregoeiro (a) conceder o prazo de três dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais, desde logo, intimados a apresentarem contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

25.5. Caberá ao Pregoeiro (a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

25.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

25.7. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

25.8. O Pregoeiro (a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

25.9. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

25.9.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

25.10. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.



26. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

26.1. As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992), a Lei Federal nº 12.846/2013 e seus regulamentos, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

27. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

27.1. Fica assegurado a Prefeitura Municipal de Jutai/AM o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável.

27.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

27.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

27.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

27.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

27.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

27.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

27.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal de Jutai/AM.

28. DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

28.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

28.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

28.4. As modificações ocorridas neste Edital, obedecerão ao disposto no parágrafo 1º, do Art.55 da Lei nº 14.133/21.

28.5. No julgamento das propostas e da habilitação, o (a) Pregoeiro (a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

28.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

28.7. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

28.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

28.9. Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que o (a) Pregoeiro (a) porventura julgar necessário.

28.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.



28.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

28.12. À autoridade competente reserva-se o direito de revogar, anular, suspender ou adiar a presente licitação, por razões de interesse público ou por decorrência de fato superveniente comprovado, e anular no todo ou em parte, resguardando-se o direito de defesa no prazo de dois dias úteis, consoante prevê o artigo 165 da Lei nº 14.133/21, bem como, transferir a data de abertura, sem que isso caiba à licitante, direito a indenização, seja a que título for.

28.13. A Prefeitura poderá anular o certame, por vício de legalidade, ou revogá-lo, por motivo de conveniência e oportunidade em razão de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

28.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

28.15. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://bnc.org.br> nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

28.16. São partes integrantes deste Edital:

28.16.1. MODELO ANEXO I - Proposta de Preços;

28.16.2. MODELO ANEXO II – Termo de Referência;

28.16.3. MODELO ANEXO III - Exigências para Habilitação;

28.16.4. MODELO ANEXO IV – Declaração Unificada;

28.16.5. MODELO ANEXO V – Declaração de ME/EPP;

28.16.6. MODELO ANEXO VI – Minuta de Contrato;

28.16.7. MODELO ANEXO VII – Minuta de Ata de Registro.

Assinatura conforme o Art. 23, parágrafo §1º, inciso IV do Decreto Municipal 013/2024 – PMJ.

LUCIA JAIANA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Saúde

Port. 004/2024 – GP/PMJ



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



MODELO ANEXO I – PROPOSTA DE PREÇOS

À Central de Compras, Serviços e Contratos – CCSC de Jutai/AM

Ref. Ao Pregão Eletrônico nº xxx/2024 – SRP/PMJ

Data da Sessão Pública: xx/xx/2024, às xx horas.

Local: plataforma Bolsa Nacional de Compras – BNC <https://bnc.org.br>

IDENTIFICAÇÃO DO LICITANTE

Nome de Fantasia:						
Razão Social:						
CNPJ:				Optante pelo SIMPLES? (Sim/Não)		
Endereço:						
Bairro:				Cidade:		
CEP:				E-mail:		
Telefone:				WhatsApp:		
Banco:				Conta Bancária:		
Nome e número da agência bancária:						
ITEM	UNID	QUANT.	ESPECIFICAÇÃO	MARCA MODELO	PREÇO UNITARIO	PREÇO TOTAL
Valor por extenso (PREÇO UNITÁRIO):						

A empresa (NOME DA EMPRESA) declara que:

- a) Nos valores das propostas de preços estão incluídas todas as despesas com tributos e fornecimento de certidões e documentos, bem como os encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais e outros de qualquer natureza e, ainda, gastos com transportes e acondicionamento em embalagens adequadas, conforme caso;
- b) Atende todas as especificações, exigências técnicas mínimas, prazos de entrega ou de prestação de serviços, cronograma de execução e as respectivas quantidades, conforme caso;
- c) Caso seja vencedora no certame, submete-se a todas as condições estabelecidas neste Edital e na minuta do contrato que o integra, sob pena de rescisão unilateral do contrato;
- d) Validade mínima da Proposta: **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua assinatura;
- e) Prazo de entrega/execução e demais especificações de acordo com as previsões contidas do **Anexo II (Termo de Referência/Projeto Básico)**.

_____ (AM), _____ de _____ de 2024.

.....
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal
Carimbo de Identificação



ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. Objeto:

Registro De Preços Visando Futura E Eventual Aquisição De Medicamentos Para Atender Às Demandas Da Secretaria Municipal De Saúde Do Município De Jutai-Am, Pelo Período De 12 (Doze) Meses.

1.2. Instituição Proponente:

Secretaria Municipal de Saúde
Endereço: Rua Cicero Tuchauá, s/n – Bairro Santo Antônio

1.3. Responsável pela Elaboração do Termo de Referência:

RAIMAR SERRÃO DE SOUZA
CPF 041.xxx.xxx-09
Servidor da Pasta

1.4. Responsável Fiscal:

RAIMAR SERRÃO DE SOUZA
CPF 041.xxx.xxx-09

2. DA JUSTIFICATIVA

3. A aquisição de medicamentos para o município de Jutai é imprescindível para atender às demandas da Secretaria Municipal de Saúde, garantindo a assistência farmacêutica eficaz e contínua à população. Tal medida visa suprir as necessidades da atenção básica, média e alta complexidade, bem como assegurar o pleno funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS), do Hospital Municipal e demais serviços de saúde vinculados à administração pública municipal.
4. O abastecimento adequado de medicamentos é essencial para a promoção, prevenção e recuperação da saúde, sendo um direito assegurado pela Constituição Federal no artigo 196, que estabelece a saúde como direito de todos e dever do Estado. Além disso, a falta de medicamentos compromete gravemente a qualidade do atendimento e pode resultar em danos irreparáveis à saúde da população, especialmente em regiões isoladas como Jutai, onde o acesso a unidades de saúde e farmácias privadas é limitado.
5. A presente aquisição foi planejada com base em levantamentos realizados pelos profissionais de saúde do município, que apontaram a necessidade de reposição de estoques de medicamentos essenciais, elencados conforme os protocolos do Ministério da Saúde e a Relação Nacional de Medicamentos Essenciais (RENAME). O planejamento também levou em consideração o aumento da demanda por medicamentos em função de surtos sazonais de doenças, condições crônicas não transmissíveis e situações de emergência médica.
6. Além disso, a aquisição será realizada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, mediante processo licitatório que assegure a economicidade, a eficiência e a transparência da gestão pública, garantindo a escolha de fornecedores que atendam aos critérios de qualidade e preço compatíveis com o mercado.
- 7.
8. Conclusão:
9. Portanto, a aquisição dos medicamentos é indispensável para assegurar o direito à saúde da população de Jutai, contribuindo para a continuidade dos serviços públicos essenciais e para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes.

10. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE E DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO:



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



Nº	DESCRIÇÃO	APRES.	QTD
1	ACEBROFILINA XAROPE 10 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + COP	FRASCO	2.700
2	ACEBROFILINA XAROPE 10 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + COP	FRASCO	300
3	ACEBROFILINA XAROPE 5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + COP	FRASCO	1.800
4	ACEBROFILINA XAROPE 5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + COP	FRASCO	200
5	ACECLOFENACO 100 MG COM REV CT BL AL AL X 12	CAIXA C/12	1.350
6	ACECLOFENACO 100 MG COM REV CT BL AL AL X 12	CAIXA C/13	150
7	ACETILCISTEINA XAROPE 20 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + CP MED	FRASCO	4.500
8	ACETILCISTEINA XAROPE 20 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + CP MED	FRASCO	500
9	ACETILCISTEINA XAROPE 40 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + COP	FRASCO	1.800
10	ACETILCISTEINA XAROPE 40 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + COP	FRASCO	200
11	ACETATO DE PREDNISOLONA 10MG/ML SUSP OFT CT FR PLAS OPC GOT X 5ML	FRASCO	1.800
12	ACETATO DE PREDNISOLONA 10MG/ML SUSP OFT CT FR PLAS OPC GOT X 5ML	FRASCO	200
13	ACICLOVIR 200 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 25	CAIXA C/25	1.800
14	ACICLOVIR 200 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 25	CAIXA C/26	200
15	ACICLOVIR 50 MG/G CREM DERM CT BG AL X 10 G	BISNAGA	2.700
16	ACICLOVIR 50 MG/G CREM DERM CT BG AL X 10 G	BISNAGA	300
17	ACIDO ASCORBICO 100 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD AMB X 5ML	EMBALAGEM AMPOLAS C/50	2.250
18	ACIDO ASCORBICO 100 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD AMB X 5ML	EMBALAGEM AMPOLAS C/50	250



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



19	ACIDO ASCÓRBICO 500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC AMB X 30	CAIXA C/30 COMP	4.500
20	ACIDO ASCÓRBICO 500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC AMB X 30	CAIXA C/30 COMP	500
21	ÁCIDO ASCÓRBICO + CITRATO DE ZINCO 1 G + 10 MG COM EFEV CT TB PLAS X 10	EMBALAGEM UNIDADES C/10	4.500
22	ÁCIDO ASCÓRBICO + CITRATO DE ZINCO 1 G + 10 MG COM EFEV CT TB PLAS X 10	EMBALAGEM UNIDADES C/10	500
23	ÁCIDO ASCÓRBICO 200 MG/ML SOL OR CT FR GOT VD AMB X 20 ML	UNIDADE	4.500
24	ÁCIDO ASCÓRBICO 200 MG/ML SOL OR CT FR GOT VD AMB X 20 ML	UNIDADE	500
25	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50 MG/ML SOL INJ CT 5 AMP VD TRANS X 5 ML	EMBALAGEM AMPOLAS C/5	1.350
26	ÁCIDO TRANEXÂMICO 50 MG/ML SOL INJ CT 5 AMP VD TRANS X 5 ML	EMBALAGEM AMPOLAS C/5	150
27	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 12	CAIXA C/12 COMP	1.800
28	ÁCIDO TRANEXÂMICO 250 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 12	CAIXA C/12 COMP	200
29	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG COM REV LIB RETARD CT BL AL AL X 30	EMBALEGEM COMP C/30	13.500
30	ACIDO ACETILSALICILICO 100 MG COM REV LIB RETARD CT BL AL AL X 30	EMBALEGEM COMP C/30	1.500
31	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 500 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	9.000
32	ÁCIDO ACETILSALICÍLICO 500 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	1.000
33	ÁCIDO FÓLICO 5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	4.500
34	ÁCIDO FÓLICO 5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	500
35	ÁGUA PARA INJETÁVEIS SOL INJ IV CX 50 AMP PLAS PEBD TRANS X 10 ML	EMBALAGEM AMPOLA C/50	1.800
36	ÁGUA PARA INJETÁVEIS SOL INJ IV CX 50 AMP PLAS PEBD TRANS X 10 ML	EMBALAGEM AMPOLA C/50	200



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



37	ALBENDAZOL 400 MG COM MAST CT BL AL PLAS TRANS X 1	CAIXA C/1 COMP	18.000
38	ALBENDAZOL 400 MG COM MAST CT BL AL PLAS TRANS X 1	CAIXA C/1 COMP	2.000
39	ALBENDAZOL 400 MG COM MAST CT BL AL PLAS TRANS X 3	CAIXA C/3 COMP	1.800
40	ALBENDAZOL 400 MG COM MAST CT BL AL PLAS TRANS X 3	CAIXA C/3 COMP	200
41	ALBENDAZOL 400 MG COM MAST CT BL AL PLAS TRANS X 5	CAIXA C/5 COMP	1.800
42	ALBENDAZOL 400 MG COM MAST CT BL AL PLAS TRANS X 5	CAIXA C/5 COMP	200
43	ALBENDAZOL SUSPENSÃO 40 MG/ML SUS CT FR PLAS AMB X 10 ML	FRASCO	9.000
44	ALBENDAZOL SUSPENSÃO 40 MG/ML SUS CT FR PLAS AMB X 10 ML	FRASCO	1.000
45	ALOPURINOL 100 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	2.250
46	ALOPURINOL 100 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	250
47	ALOPURINOL 300 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
48	ALOPURINOL 300 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	200
49	FUMARATO DE FORMATEROL S. INALATORIA 12 MCG/INAL + 400 MCG/INAL PO INAL CT TB PLAS 60 DOSES	FRASCO	900
50	FUMARATO DE FORMATEROL S. INALATORIA 12 MCG/INAL + 400 MCG/INAL PO INAL CT TB PLAS 60 DOSES	FRASCO	100
51	FUMARATO DE FORMATEROL S. INALATORIA (100+ 6) MCG/DOSE PO INAL CT DISP INAL X 120 DOSES	FRASCO	900
52	FUMARATO DE FORMATEROL S. INALATORIA (100+ 6) MCG/DOSE PO INAL CT DISP INAL X 120 DOSES	FRASCO	100
53	ALENDRONATO 70 MG COM CT ENV AL E POLIET X 4	CAIXA C/ 4 COMP	2.250
54	ALENDRONATO 70 MG COM CT ENV AL E POLIET X 4	CAIXA C/ 4 COMP	250
55	AMIODARONA 200 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	2.250



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



56	AMIODARONA 200 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	250
57	AMICACINA SOLUÇÃO INJETAVEL 250 MG/ML SOL INJ CT 50 AMP VD TRANS X 2ML	EMBALAGEM C/50 AMP	180
58	AMICACINA SOLUÇÃO INJETAVEL 250 MG/ML SOL INJ CT 50 AMP VD TRANS X 2ML	EMBALAGEM C/50 AMP	20
59	AMICACINA SOLUÇÃO INJETAVEL 50 MG/ML SOL INJ CT 50 AMP VD TRANS X 2 ML	EMBALAGEM C/50 AMP	900
60	AMICACINA SOLUÇÃO INJETAVEL 50 MG/ML SOL INJ CT 50 AMP VD TRANS X 2 ML	EMBALAGEM C/50 AMP	100
61	AMINOFILINA INJETAVEL 24 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD TRANS X 10 ML	EMBALAGEM C/50 AMP	450
62	AMINOFILINA INJETAVEL 24 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD TRANS X 10 ML	EMBALAGEM C/50 AMP	50
63	AMINOFILINA 100 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20	EMBALAGEM C/20 COMP	9.000
64	AMINOFILINA 100 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20	EMBALAGEM C/20 COMP	1.000
65	ANLODIPINO 10 MG COM CT BL AL PLAS AMB X 30	EMBALAGEM C/30 COMP	1.800
66	ANLODIPINO 10 MG COM CT BL AL PLAS AMB X 30	EMBALAGEM C/30 COMP	200
67	ANLODIPINO 5 MG COM BL AL PLAS OPC X 30	EMBALAGEM C/30 COMP	2.250
68	ANLODIPINO 5 MG COM BL AL PLAS OPC X 30	EMBALAGEM C/30 COMP	250
69	CLORIDRATO DE PROXIMETACAÍNA 5,0 MG/ML SOL OFT CT FR PLAST OPC GOT X 5 ML	FRASCO	2.700
70	CLORIDRATO DE PROXIMETACAÍNA 5,0 MG/ML SOL OFT CT FR PLAST OPC GOT X 5 ML	FRASCO	300
71	ATENOLOL 25 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	4.500



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



72	ATENOLOL 25 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	500
73	ATENOLOL 50 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	2.700
74	ATENOLOL 50 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	300
75	ATENOLOL + CLORTALIDONA, 50 MG + 12,5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	2.700
76	ATENOLOL + CLORTALIDONA, 50 MG + 12,5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	300
77	ARIPIRAZOL 10 MG COM CT BL AL AL X 10	CAIXA C/30 COMP	450
78	ARIPIRAZOL 10 MG COM CT BL AL AL X 10	CAIXA C/30 COMP	50
79	ARIPIRAZOL 1 MG/ML SUS OR CT FR PLAS PET AMB X 100 ML + SER DOS	FRASCO	225
80	ARIPIRAZOL 1 MG/ML SUS OR CT FR PLAS PET AMB X 100 ML + SER DOS	FRASCO	25
81	NISTATINA + OXIDO DE ZINCO - 100.000 UI/G + 200 MG/G POM DERM CT BG AL X 60 G	BISNAGA	1.350
82	NISTATINA + OXIDO DE ZINCO - 100.000 UI/G + 200 MG/G POM DERM CT BG AL X 60 G	BISNAGA	150
83	BENZOATO DE BENZILA 250 MG/ML LOC EMU TOP CT FR VD AMB X 100 ML	FRASCO	1.800
84	BENZOATO DE BENZILA 250 MG/ML LOC EMU TOP CT FR VD AMB X 100 ML	FRASCO	200
85	BETAMETASONA 1 MG/G CREM DERM CT BG AL X 30 G	BISNAGA	1.800
86	BETAMETASONA 1 MG/G CREM DERM CT BG AL X 30 G	BISNAGA	200
87	SULFATO DE NEOMICINA+CETOCONAZOL+DIPROPIONATO DE BETAMETASONA (20 + 0,64 + 2,5) MG/G CREM DERM CT BG AL X 30 G	BISNAGA	1.800



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



88	SULFATO DE NEOMICINA+CETOCONAZOL+DIPROPIONATO DE BETAMETASONA (20 + 0,64 + 2,5) MG/G CREM DERM CT BG AL X 30 G	BISNAGA	200
89	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	1.800
90	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	200
91	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	900
92	BISSULFATO DE CLOPIDOGREL 75 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	100
93	VALSARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 160 MG + 25 MG COM REV CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	900
94	VALSARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 160 MG + 25 MG COM REV CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	100
95	VALSARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 25 MG COM REV CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	720
96	VALSARTANA+HIDROCLOROTIAZIDA 320 MG + 25 MG COM REV CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	80
97	VALSARTANA + BESILATO DE ANLODIPINO 160 MG + 5 MG COM REV CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	900
98	VALSARTANA + BESILATO DE ANLODIPINO 160 MG + 5 MG COM REV CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	100
99	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 20 ML + CGT	FRASCO	5.400
100	BROMIDRATO DE FENOTEROL 5 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 20 ML + CGT	FRASCO	600
101	BROMETO DE IPATRÓPIO 0,25 MG/ML SOL INAL CT FR PLAS OPC GOT X 20 ML	FRASCO	4.500



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



102	BROMETO DE IPRATRÓPIO 0,25 MG/ML SOL INAL CT FR PLAS OPC GOT X 20 ML	FRASCO	500
103	BROMETO DE IPRATRÓPIO = BROMIDRATO DE FENOTEROL 0,02 MG/ 50MCL + 0,05 MG/ 50MCL SOL AER CT TB AÇO INOX X 10 ML + BOCAL	FRASCO	1.800
104	BROMETO DE IPRATRÓPIO = BROMIDRATO DE FENOTEROL 0,02 MG/ 50MCL + 0,05 MG/ 50MCL SOL AER CT TB AÇO INOX X 10 ML + BOCAL	FRASCO	200
105	CLORIDRATO DE BROMEXINA 0,8 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + COP	FRASCO	1.800
106	CLORIDRATO DE BROMEXINA 0,8 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + COP	FRASCO	200
107	CLORIDRATO DE BROMEXINA 1,6 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + COP	FRASCO	1.800
108	CLORIDRATO DE BROMEXINA 1,6 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + COP	FRASCO	200
109	BROMOPRIDA 10 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	2.700
110	BROMOPRIDA 10 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	300
111	BROMOPRIDA 4 MG/ML SOL OR CT FR VD CGT X 20 ML	FRASCO	1.800
112	BROMOPRIDA 4 MG/ML SOL OR CT FR VD CGT X 20 ML	FRASCO	200
113	BROMOPRIDA 5 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 50 AMP VD AMB X 2 ML	EMBALAGEM AMP C/50	450
114	BROMOPRIDA 5 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 50 AMP VD AMB X 2 ML	EMBALAGEM AMP C/50	50
115	BUSCOPAM COMPOSTO (10,0 + 250,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20	EMBALAGEM COMP C/20	4.500
116	BUSCOPAM COMPOSTO (10,0 + 250,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20	EMBALAGEM COMP C/20	500
117	BUSCOPAM COMPOSTO 10 MG/ML SOL GOT OR CT FR GOT VD AMB X 20 ML	FRASCO	7.200



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



118	BUSCOPAM COMPOSTO 10 MG/ML SOL GOT OR CT FR GOT VD AMB X 20 ML	FRASCO	800
119	BUSCOPAM 20 MG SOL INJ CT 5 AMP VD TRANS X 1 ML	EMBALAGEM C/5 AMPOLA	4.500
120	BUSCOPAM 20 MG SOL INJ CT 5 AMP VD TRANS X 1 ML	EMBALAGEM C/5 AMPOLA	500
121	BICARBONATO DE SODIO 84 MG/ML SOL INJ CX 200 AMP PLAS PE TRANS X 10 ML	EMBALAGEM C/200 AMPOLA	450
122	BICARBONATO DE SODIO 84 MG/ML SOL INJ CX 200 AMP PLAS PE TRANS X 10 ML	EMBALAGEM C/200 AMPOLA	50
123	CAPTOPRIL 25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	7.200
124	CAPTOPRIL 25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	800
125	CAPTOPRIL 50 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	2.250
126	CAPTOPRIL 50 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	250
127	CARBOCISTEÍNA 20 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + CP MED	FRASCO	1.800
128	CARBOCISTEÍNA 20 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + CP MED	FRASCO	200
129	CARBOCISTEÍNA 50 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + CP MED	FRASCO	1.800
130	CARBOCISTEÍNA 50 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + CP MED	FRASCO	200
131	CARBONATO DE CÁLCIO 500 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 60	CAIXA C/60 COMP	900
132	CARBONATO DE CÁLCIO 500 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 60	CAIXA C/60 COMP	100
133	CARVERDILOL 12,5 MG COM CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
134	CARVERDILOL 12,5 MG COM CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	200
135	CARVERDILOL 25 MG COM CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
136	CARVERDILOL 25 MG COM CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	200
137	CETOCONAZOL 200 MG COM CT BL AL AL X 10	CAIXA C/10 COMP	2.250



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



138	CETOCONAZOL 200 MG COM CT BL AL AL X 10	CAIXA C/10 COMP	250
139	CETOCONAZOL 20 MG/G CREM DERM CT BG AL X 30 G	BISNAGA	1.800
140	CETOCONAZOL 20 MG/G CREM DERM CT BG AL X 30 G	BISNAGA	200
141	CETOCONAZOL 20 MG/ML XAMP CT FR PLAS OPC X 100 ML	FRASCO	900
142	CETOCONAZOL 20 MG/ML XAMP CT FR PLAS OPC X 100 ML	FRASCO	100
143	CETOCONAZOL + BETAMETASONA + SULFATO DE NEOMICINA (20,0 + 0,64 + 2,5) MG/G CREM DERM CT BG AL X 30 G	BISNAGA	900
144	CETOCONAZOL + BETAMETASONA + SULFATO DE NEOMICINA (20,0 + 0,64 + 2,5) MG/G CREM DERM CT BG AL X 30 G	BISNAGA	100
145	CETOCONAZOL + DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 20 MG/G + 0,64 MG/G CREM DERM CT BG AL X 30 G	BISNAGA	900
146	CETOCONAZOL + DIPROPIONATO DE BETAMETASONA 20 MG/G + 0,64 MG/G CREM DERM CT BG AL X 30 G	BISNAGA	100
147	CETOPROFENO 50 MG/ML SOL INJ IM CX 6 AMP VD AMB X 2 ML	EMBALAGEM AMPOLAS C/6	900
148	CETOPROFENO 50 MG/ML SOL INJ IM CX 6 AMP VD AMB X 2 ML	EMBALAGEM AMPOLAS C/6	100
149	CETOPROFENO 50 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 24	CAIXA C/24 COMP	900
150	CETOPROFENO 50 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 24	CAIXA C/24 COMP	100
151	CETOPROFENO 20 MG/ML SOL OR CT FR GOT PLAS OPC X 20 ML	FRASCO	900
152	CETOPROFENO 20 MG/ML SOL OR CT FR GOT PLAS OPC X 20 ML	FRASCO	100
153	CLORETO DE POTASSIO 10G/100ML SOL INJ CX 200 AMP PLAS TRANS X 10ML	EMBALAGEM AMPOLAS C/200	900



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



154	CLORETO DE POTASSIO 10G/100ML SOL INJ CX 200 AMP PLAS TRANS X 10ML	EMBALAGEM AMPOLAS	C/200	100
155	CLORETO DE POTASSIO 15G/100ML SOL INJ CX 200 AMP PLAS TRANS X 10ML	EMBALAGEM AMPOLAS	C/200	450
156	CLORETO DE POTASSIO 15G/100ML SOL INJ CX 200 AMP PLAS TRANS X 10ML	EMBALAGEM AMPOLAS	C/200	50
157	CLORETO DE SODIO 9 MG/ML SOL INJ IV CX 10 FA PLAS PEBD TRANS SIST FECH X 1000ML	EMBALAGEM AMPOLAS	C/10	450
158	CLORETO DE SODIO 9 MG/ML SOL INJ IV CX 10 FA PLAS PEBD TRANS SIST FECH X 1000ML	EMBALAGEM AMPOLAS	C/10	50
159	CLORETO DE SÓDIO SOLUÇÃO FISIOLÓGICA PARA IRRIGAÇÃO 9 MG/ML SOL IRR BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 2000 ML	FRASCO		1.800
160	CLORETO DE SÓDIO SOLUÇÃO FISIOLÓGICA PARA IRRIGAÇÃO 9 MG/ML SOL IRR BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 2000 ML	FRASCO		200
161	CLORETO DE SÓDIO SOLUÇÃO NASAL 0,9% (9mg/ml) INFANTIL	FRASCO		900
162	CLORETO DE SÓDIO SOLUÇÃO NASAL 0,9% (9mg/ml) INFANTIL	FRASCO		100
163	CLORIDRATO DE AMBROXOL 15 MG/5ML XPE INF CT FR PET AMB X 100 ML	FRASCO		4.500
164	CLORIDRATO DE AMBROXOL 15 MG/5ML XPE INF CT FR PET AMB X 100 ML	FRASCO		500
165	CLORIDRATO DE AMBROXOL 30 MG/5ML XPE AD CT FR PET AMB X 100 ML	FRASCO		2.700
166	CLORIDRATO DE AMBROXOL 30 MG/5ML XPE AD CT FR PET AMB X 100 ML	FRASCO		300
167	CLORIDRATO DE AMBROXOL 7,5 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC GOT X 50 ML	FRASCO		2.700
168	CLORIDRATO DE AMBROXOL 7,5 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC GOT X 50 ML	FRASCO		300



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



169	CLORIDRATO DE MOXIFLOXACINO 5,0 MG/ML SOL OFT CT FR GOT PLAS PE OPC X 5 ML	FRASCO	900
170	CLORIDRATO DE MOXIFLOXACINO 5,0 MG/ML SOL OFT CT FR GOT PLAS PE OPC X 5 ML	FRASCO	100
171	CLORIDRATO DE MOXIFLOXACINO 400 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 5	EMBALAGEM C/5 UND	540
172	CLORIDRATO DE MOXIFLOXACINO 400 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 5	EMBALAGEM C/5 UND	60
173	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO MONOIDRATADO + DEXAMETASONA 3,5 MG/ML + 1,0 MG/ML SOL OFT CT FR GOT PLAS OPC X 5 ML	FRASCO	2.250
174	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO MONOIDRATADO + DEXAMETASONA 3,5 MG/ML + 1,0 MG/ML SOL OFT CT FR GOT PLAS OPC X 5 ML	FRASCO	250
175	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	1.800
176	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	200
177	CLORIDRATO DE NAFAZOLINA 0,5 MG/ML SOL NAS CT FR GOT PLAS TRANSL X 30 ML	FRASCO	900
178	CLORIDRATO DE NAFAZOLINA 0,5 MG/ML SOL NAS CT FR GOT PLAS TRANSL X 30 ML	FRASCO	100
179	CLORIDRATO DE NAFAZOLINA 0,5 MG/ML SOL NAS CT FR GOT PLAS TRANSL X 30 ML	FRASCO	900
180	CLORIDRATO DE NAFAZOLINA 0,5 MG/ML SOL NAS CT FR GOT PLAS TRANSL X 30 ML	FRASCO	100
181	CLOTRIMAZOL 10 MG/G CREM DERM CT BG AL X 20 G	BISNAGA	900
182	CLOTRIMAZOL 10 MG/G CREM DERM CT BG AL X 20 G	BISNAGA	100



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



183	CLOTRIMAZOL 10 MG/G CREM VAG CT BG AL X 35 G + 6 APLIC	EMBALAGEM APLICADORES C/6	900
184	CLOTRIMAZOL 10 MG/G CREM VAG CT BG AL X 35 G + 6 APLIC	EMBALAGEM APLICADORES C/6	100
185	COLECALCIFEROL (VITAMINA D) 7000 UI CAP MOLE BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	1.800
186	COLECALCIFEROL (VITAMINA D) 7000 UI CAP MOLE BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	200
187	COLECALCIFEROL (VITAMINA D) 15000 UI CAP MOLE BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	900
188	COLECALCIFEROL (VITAMINA D) 15000 UI CAP MOLE BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	100
189	COLECALCIFEROL (VITAMINA D) 10.000 UI COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 8	CAIXA C/8 COMP	1.800
190	COLECALCIFEROL (VITAMINA D) 10.000 UI COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 8	CAIXA C/8 COMP	200
191	COLECALCIFEROL (VITAMINA D) 20000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 4	CAIXA C/4 COMP	900
192	COLECALCIFEROL (VITAMINA D) 20000 UI CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 4	CAIXA C/4 COMP	100
193	COLECALCIFEROL (VITAMINA D) 50.000 UI COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 4	CAIXA C/4 COMP	900
194	COLECALCIFEROL (VITAMINA D) 50.000 UI COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 4	CAIXA C/4 COMP	100
195	COMPLEXO B 3 MG/ML + 1 MG/ML + 1 MG/ML + 2,5 MG/ML + 1,5 MCG/ML + 1,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML	UNIDADE	2.700
196	COMPLEXO B 3 MG/ML + 1 MG/ML + 1 MG/ML + 2,5 MG/ML + 1,5 MCG/ML + 1,5 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML	UNIDADE	300



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



197	COMPLEXO B 5.45 MG + 2 MG + 2 MG + 20 MG + 3 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 100	UNIDADE	2.250
198	COMPLEXO B 5.45 MG + 2 MG + 2 MG + 20 MG + 3 MG COM REV CT FR PLAS OPC X 100	UNIDADE	250
199	COMPLEXO B 32,65 MG + 3,3 MG + 10 MG + 50 MG + 25 MG +15 MCG COM REV CT FR PLAS OPC X 20	UNIDADE	2.250
200	COMPLEXO B 32,65 MG + 3,3 MG + 10 MG + 50 MG + 25 MG +15 MCG COM REV CT FR PLAS OPC X 20	UNIDADE	250
201	DAPAGLIFOZINA 10 MG COM REV CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	450
202	DAPAGLIFOZINA 10 MG COM REV CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	50
203	DEXAMENTASONA 0,1 MG/ML ELX CT FR VD AMB X 120 ML + COP	FRASCO	1.800
204	DEXAMENTASONA 0,1 MG/ML ELX CT FR VD AMB X 120 ML + COP	FRASCO	200
205	DEXAMENTASONA 4 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 10	CAIXA C/30 COMP	2.250
206	DEXAMENTASONA 4 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 10	CAIXA C/30 COMP	250
207	DEXAMETASONA 4 MG/ML SOL INJ/DIL INFUS IV/IM/IA CT 50 AMP VD AMB X 2,5 ML	EMBALAGEM C/50 AMPOLAS	225
208	DEXAMETASONA 4 MG/ML SOL INJ/DIL INFUS IV/IM/IA CT 50 AMP VD AMB X 2,5 ML	EMBALAGEM C/50 AMPOLAS	25
209	DEXAMETASONA (1 MG + 5 MG + 6000 UI)/ML SUS OFT CT FR GOT PLAS OPC X 5 ML	UNIDADE	4.500
210	DEXAMETASONA (1 MG + 5 MG + 6000 UI)/ML SUS OFT CT FR GOT PLAS OPC X 5 ML	UNIDADE	500
211	DEXAMETASONA 1 MG/G CREM DERM CT BG AL X 10 G	BISNAGA	2.700
212	DEXAMETASONA 1 MG/G CREM DERM CT BG AL X 10 G	BISNAGA	300
213	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA + BETAMETASONA 0,4 MG/ML + 0,05 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + COP	FRASCO	1.800



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



214	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA + BETAMETASONA 0,4 MG/ML + 0,05 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML + COP	FRASCO	200
215	DESOGESTREL 75 MCG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 28	CAIXA C/28 COMP	1.350
216	DESOGESTREL 75 MCG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 28	CAIXA C/28 COMP	150
217	DEXCLOFENIRAMINA 0,4 MG/ML SOL OR CT FR PLAS PET AMB X 120 ML + COP	FRASCO	1.800
218	DEXCLOFENIRAMINA 0,4 MG/ML SOL OR CT FR PLAS PET AMB X 120 ML + COP	FRASCO	200
219	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 20	CAIXA C/20 COMP	2.250
220	DEXCLORFENIRAMINA 2 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 20	CAIXA C/20 COMP	250
221	DICLOFENACO DE SÓDIO 25 MG/ML SOL INJ IM CT 5 AMP VD TRANS X 3 ML	EMBALAGEM AMPOLAS C/5	2.700
222	DICLOFENACO DE SÓDIO 25 MG/ML SOL INJ IM CT 5 AMP VD TRANS X 3 ML	EMBALAGEM AMPOLAS C/5	300
223	DICLOFENACO DE SÓDIO 50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	2.250
224	DICLOFENACO DE SÓDIO 50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	250
225	DICLOFENACO POTÁSSIO 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	1.800
226	DICLOFENACO POTÁSSIO 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	200
227	DICLOFENACO POTÁSSIO 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	1.800
228	DICLOFENACO POTÁSSIO 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	200
229	DICLOFENACO 10 MG/G GEL CT BG AL X 60 G	BISNAGA	1.350



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



230	DICLOFENACO 10 MG/G GEL CT BG AL X 60 G	BISNAGA	150
231	DIGOXINA 0,25 MG COM CT BL AL PLAS INC X 30	CAIXA C/30 COMP	2.250
232	DIGOXINA 0,25 MG COM CT BL AL PLAS INC X 30	CAIXA C/30 COMP	250
233	DIMETICONA 40 MG COM CT BL AL PLAS INC X 20	CAIXA C/20 COMP	2.700
234	DIMETICONA 40 MG COM CT BL AL PLAS INC X 20	CAIXA C/20 COMP	300
235	DIMETICONA 75 MG/ML EMU OR CT FR PLAS OPC GOT X 15 ML	FRASCO	2.250
236	DIMETICONA 75 MG/ML EMU OR CT FR PLAS OPC GOT X 15 ML	FRASCO	250
237	DIPIRONA SÓDICA 1 G COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10	CAIXA C/20 COMP	4.500
238	DIPIRONA SÓDICA 1 G COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10	CAIXA C/20 COMP	500
239	DIPIRONA SÓDICA 500 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	2.250
240	DIPIRONA SÓDICA 500 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	250
241	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD AMB X 2 ML	EMBALAGEM C/100 AMPOLAS	450
242	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD AMB X 2 ML	EMBALAGEM C/100 AMPOLAS	50
243	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD AMB X 5 ML	EMBALAGEM C/100 AMPOLAS	180
244	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD AMB X 5 ML	EMBALAGEM C/100 AMPOLAS	20
245	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC GOT X 10 ML	FRASCO	9.000
246	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC GOT X 10 ML	FRASCO	1.000
247	DIPIRONA MONOIDRATADA 1G COM EFEV CT STR AL AL X 10	EMBALAGEM C/10 UND	1.800
248	DIPIRONA MONOIDRATADA 1G COM EFEV CT STR AL AL X 10	EMBALAGEM C/10 UND	200
249	DOXAZOSINA 2 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	1.350



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



250	DOXAZOSINA 2 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	150
251	EMPAGLIFLOZINA 25MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	1.350
252	EMPAGLIFLOZINA 25MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	150
253	ENALAPRIL 10 MG COM CT BL AL/AL X 30	CAIXA C/30 COMP	4.500
254	ENALAPRIL 10 MG COM CT BL AL/AL X 30	CAIXA C/30 COMP	500
255	ENALAPRIL 20 MG COM CT BL AL/AL X 30	CAIXA C/30 COMP	1.350
256	ENALAPRIL 20 MG COM CT BL AL/AL X 30	CAIXA C/30 COMP	150
257	ENALAPRIL 5 MG COM CT STR X 30	CAIXA C/30 COMP	4.500
258	ENALAPRIL 5 MG COM CT STR X 30	CAIXA C/30 COMP	500
259	MALEATO DE ENALAPRIL + HIDROCLOROTIAZIDA 10 MG + 25 MG COM CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	2.250
260	MALEATO DE ENALAPRIL + HIDROCLOROTIAZIDA 10 MG + 25 MG COM CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	250
261	MALEATO DE ENALAPRIL + HIDROCLOROTIAZIDA 20 MG + 12,50 MG COM CT ENV AL POLIET X 30	CAIXA C/30 COMP	900
262	MALEATO DE ENALAPRIL + HIDROCLOROTIAZIDA 20 MG + 12,50 MG COM CT ENV AL POLIET X 30	CAIXA C/30 COMP	100
263	ENOXAPARINA SODICA 40 MG SOL INJ CT 2 SER PRÉ - ENCHIDAS VD INC X 0,4 ML + SIST SEGURANÇA	EMBALAGEM C/2 UND	450
264	ENOXAPARINA SODICA 40 MG SOL INJ CT 2 SER PRÉ - ENCHIDAS VD INC X 0,4 ML + SIST SEGURANÇA	EMBALAGEM C/2 UND	50
265	ENOXAPARINA SODICA 80 MG SOL INJ CT 2 SER VD INC PREENCHIDA X 0,8 ML + SIST SEGURANÇA	EMBALAGEM C/2 UND	270
266	ENOXAPARINA SODICA 80 MG SOL INJ CT 2 SER VD INC PREENCHIDA X 0,8 ML + SIST SEGURANÇA	EMBALAGEM C/2 UND	30
267	ESCOPOLAMINA 10 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC GOT X 20ML	FRASCO	1.800



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



268	ESCOLPOLAMINA 10 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC GOT X 20ML	FRASCO	200
269	ESCOLPOLAMINA 20 MG/ML SOL INJ CT 6 AMP VD AMB X 1 ML	EMBALAGEM AMPOLAS C/6	4.500
270	ESCOLPOLAMINA 20 MG/ML SOL INJ CT 6 AMP VD AMB X 1 ML	EMBALAGEM AMPOLAS C/6	500
271	ESPIRONOLACTONA 25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	2.700
272	ESPIRONOLACTONA 25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	300
273	ESPIRONOLACTONA 50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
274	ESPIRONOLACTONA 50 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	200
275	ETILEFRINA 10 MG/ML SOL INJ IM/IV/SC CT 6 AMP VD AMB X 1 ML	EMBALAGEM AMPOLAS C/6	900
276	ETILEFRINA 10 MG/ML SOL INJ IM/IV/SC CT 6 AMP VD AMB X 1 ML	EMBALAGEM AMPOLAS C/6	100
277	ETINILESTRAIOL+LEVONORGESTREL (0,15+ 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 21	CAIXA C/21 COMP	2.250
278	ETINILESTRAIOL+LEVONORGESTREL (0,15+ 0,03) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 21	CAIXA C/21 COMP	250
279	EZETIMIBA + ROSUVASTATINA CÁCICA (20 + 10) MG CAP DURA CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	900
280	EZETIMIBA + ROSUVASTATINA CÁCICA (20 + 10) MG CAP DURA CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	100
281	EZETIMIBA + ROSUVASTATINA CÁCICA (10 + 5) MG CAP DURA CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	720
282	EZETIMIBA + ROSUVASTATINA CÁCICA (10 + 5) MG CAP DURA CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	80
283	FENOFIBRATO 160 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	720
284	FENOFIBRATO 160 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	80



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



285	FINASTERIDA 5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	900
286	FINASTERIDA 5 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	100
287	FINASTERIDA 1 MG COM REV CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	900
288	FINASTERIDA 1 MG COM REV CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	100
289	FITOMENADIONA 10 MG/ML SOL INJ CX 25 AMP VD AMB X 1 ML	EMBALAGEM C/25 AMPOLAS	900
290	FITOMENADIONA 10 MG/ML SOL INJ CX 25 AMP VD AMB X 1 ML	EMBALAGEM C/25 AMPOLAS	100
291	FLUCONAZOL 150 MG CAP CT BL AL PLAS INC X 2	CAIXA C/2 COMP	2.250
292	FLUCONAZOL 150 MG CAP CT BL AL PLAS INC X 2	CAIXA C/2 COMP	250
293	FLUCONAZOL 150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC AMB X 1	CAIXA C/1 COMP	4.500
294	FLUCONAZOL 150 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC AMB X 1	CAIXA C/1 COMP	500
295	FUROSEMIDA 10 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 10 AMP VD AMB X 2 ML	EMBALAGEM C/10 AMPOLAS	1.800
296	FUROSEMIDA 10 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 10 AMP VD AMB X 2 ML	EMBALAGEM C/10 AMPOLAS	200
297	FUROSEMIDA 40 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 20	CAIXA C/20 COMP	1.800
298	FUROSEMIDA 40 MG COM CT BL AL PLAS PVC OPC X 20	CAIXA C/20 COMP	200
299	GLIBENCLAMIDA 5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
300	GLIBENCLAMIDA 5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	200
301	GLICAZIDA 60 MG COM LIB PROL CT BL AL PVDC OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
302	GLICAZIDA 60 MG COM LIB PROL CT BL AL PVDC OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	200
303	GLICAZIDA 30 MG COM LIB PROL CT BL AL PVDC OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
304	GLICAZIDA 30 MG COM LIB PROL CT BL AL PVDC OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	200



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



305	GLICERINA 120 MG/ML SOL RET CX 24 FR PLAS TRANS X 500 ML + 24 APLIC	EMBALAGEM UND	C/24	450
306	GLICERINA 120 MG/ML SOL RET CX 24 FR PLAS TRANS X 500 ML + 24 APLIC	EMBALAGEM UND	C/24	50
307	GLICOSE 50% SOL INJ CX 200 AMP PLAS TRANS X 10 ML	EMBALAGEM UND	C/200	270
308	GLICOSE 50% SOL INJ CX 200 AMP PLAS TRANS X 10 ML	EMBALAGEM UND	C/200	30
309	GLICOSE 25% SOL INJ CX 200 AMP PLAS TRANS X 10 ML	EMBALAGEM UND	C/200	450
310	GLICOSE 25% SOL INJ CX 200 AMP PLAS TRANS X 10 ML	EMBALAGEM UND	C/200	50
311	GLIMEPIRIDA 4MG COM CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP		900
312	GLIMEPIRIDA 4MG COM CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP		100
313	GLIMEPIRIDA 2MG COM CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP		900
314	GLIMEPIRIDA 2MG COM CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP		100
315	HIDRALAZINA 20 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 25 AMP VD TRANS X 1 ML	EMBALAGEM AMPOLAS	C/50	450
316	HIDRALAZINA 20 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 25 AMP VD TRANS X 1 ML	EMBALAGEM AMPOLAS	C/50	50
317	HIDRALAZINA 25 MG COM REV CT BL AL/AL X 20	CAIXA C/20 COMP		2.700
318	HIDRALAZINA 25 MG COM REV CT BL AL/AL X 20	CAIXA C/20 COMP		300
319	HIDRALAZINA 50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP		1.800
320	HIDRALAZINA 50 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP		200
321	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP		4.500
322	HIDROCLOROTIAZIDA 25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP		500
323	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 20	CAIXA C/20 COMP		4.500
324	HIDROCLOROTIAZIDA 50 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 20	CAIXA C/20 COMP		500



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



325	HIDROCLOROTIAZIDA + CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40 MG + 25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	2.700
326	HIDROCLOROTIAZIDA + CLORIDRATO DE PROPRANOLOL 40 MG + 25 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	300
327	HIDROCORTISONA 100 MG PO LIOF SOL INJ CX 50 FA VD TRANS	EMBALAGEM C/50 AMPOLAS	450
328	HIDROCORTISONA 100 MG PO LIOF SOL INJ CX 50 FA VD TRANS	EMBALAGEM C/50 AMPOLAS	50
329	HIDROCORTISONA 500 MG PO LIOF SOL INJ CX 50 FA VD TRANS	EMBALAGEM C/50 AMPOLAS	180
330	HIDROCORTISONA 500 MG PO LIOF SOL INJ CX 50 FA VD TRANS	EMBALAGEM C/50 AMPOLAS	20
331	HIDROCORTISONA 10 MG/G CREM DERM CT BG AL X 30 G	UNIDADE	1.800
332	HIDROCORTISONA 10 MG/G CREM DERM CT BG AL X 30 G	UNIDADE	200
333	HIDROXIDO DE ALUMÍNIO 6% 100ML	FRASCO	1.800
334		FRASCO	200
335	HIDROXIZINA 25 MG COM CT FR PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	2.700
336	HIDROXIZINA 25 MG COM CT FR PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	300
337	HIDROXIZINA 10MG/5ML SOL ORAL CX FR PET AMB X 120ML+COPO MEDIDA	FRASCO	1.800
338	HIDROXIZINA 10MG/5ML SOL ORAL CX FR PET AMB X 120ML+COPO MEDIDA	FRASCO	200
339	HIDROXIZINA 2 MG/ML SOL OR CT FR PLAS PET AMB X 120 ML + COP	FRASCO	1.800
340	HIDROXIZINA 2 MG/ML SOL OR CT FR PLAS PET AMB X 120 ML + COP	FRASCO	200
341	IBUPROFENO 100 MG/ML SUS CT FR PLAS OPC X 20 ML + CGT	FRASCO	3.600
342	IBUPROFENO 100 MG/ML SUS CT FR PLAS OPC X 20 ML + CGT	FRASCO	400



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



343	IBUPROFENO 50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 30 ML	FRASCO	2.700
344	IBUPROFENO 50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 30 ML	FRASCO	300
345	IBUPROFENO 300 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	2.700
346	IBUPROFENO 300 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	300
347	IBUPROFENO 600 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	1.800
348	IBUPROFENO 600 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	200
349	IBUPROFENO 50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 30 ML	FRASCO	4.500
350	IBUPROFENO 50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 30 ML	FRASCO	500
351	INSULINA DEGLUDECA 100 U/ML SOL INJ CT 1 CAR VD TRANS X 3 ML X 1 SIST APLIC PLAS (FLEXTOUCH)	SERINGA	450
352	INSULINA DEGLUDECA 100 U/ML SOL INJ CT 1 CAR VD TRANS X 3 ML X 1 SIST APLIC PLAS (FLEXTOUCH)	SERINGA	50
353	INSULINA DEGLUDECA 200 U/ML SOL INJ CT 1 CAR VD TRANS X 3 ML X 1 SIST APLIC PLAS (FLEXTOUCH)	SERINGA	180
354	INSULINA DEGLUDECA 200 U/ML SOL INJ CT 1 CAR VD TRANS X 3 ML X 1 SIST APLIC PLAS (FLEXTOUCH)	SERINGA	20
355	INSULINA HUMANA 100 UI/ML SOL INJ CT FA X 10 ML	UNIDADE	1.800
356	INSULINA HUMANA 100 UI/ML SOL INJ CT FA X 10 ML	UNIDADE	200
357	INSULINA HUMANA 100 UI/ML SUS INJ CT 2 CARP VD INC X 3 ML	UNIDADE	450
358	INSULINA HUMANA 100 UI/ML SUS INJ CT 2 CARP VD INC X 3 ML	UNIDADE	50
359	ITRACONAZOL 100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 4	CAIXA C/4 COMP	900
360	ITRACONAZOL 100 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 4	CAIXA C/4 COMP	100
361	IVERMECTINA 6 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 2	CAIXA C/2 COMP	5.400
362	IVERMECTINA 6 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 2	CAIXA C/2 COMP	600



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



363	IVERMECTINA 6 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 4	CAIXA C/4 COMP	1.800
364	IVERMECTINA 6 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 4	CAIXA C/4 COMP	200
365	LACTULOSE 667 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML	FRASCO	900
366	LACTULOSE 667 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 120 ML	FRASCO	100
367	LEVODOPA + CLORIDRATO DE BENSERAZIDA (100 + 25) MG COM CT FR VD AMB X 30	CAIXA C/30 COMP	900
368	LEVODOPA + CLORIDRATO DE BENSERAZIDA (100 + 25) MG COM CT FR VD AMB X 30	CAIXA C/30 COMP	100
369	LEVODOPA + CLORIDRATO DE BENSERAZIDA (200 + 50) MG COM LIB MOD CT FR VD AMB X 30	CAIXA C/30 COMP	720
370	LEVODOPA + CLORIDRATO DE BENSERAZIDA (200 + 50) MG COM LIB MOD CT FR VD AMB X 30	CAIXA C/30 COMP	80
371	LIDOCAINA 20 MG/ML SOL INJ CX 10 EST FA VD TRANS X 20 ML	EMBALAGEMC/10 AMPOLA	450
372	LIDOCAINA 20 MG/ML SOL INJ CX 10 EST FA VD TRANS X 20 ML	EMBALAGEMC/10 AMPOLA	50
373	LIDOCAINA 20 MG/G GEL URET CT BG AL X 30 G + APLIC	BISNAGA	1.350
374	LIDOCAINA 20 MG/G GEL URET CT BG AL X 30 G + APLIC	BISNAGA	150
375	LORATADINA 10 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 12	CAIXA C/12 COMP	4.500
376	LORATADINA 10 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 12	CAIXA C/12 COMP	500
377	LORATADINA 1 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + COP	FRASCO	1.800
378	LORATADINA 1 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML + COP	FRASCO	200
379	LOSARTANA 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
380	LOSARTANA 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	200
381	LOSARTANA 100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



382	LOSARTANA 100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	200
383	LOSARTANA POTÁSSICA + BESILATO DE ANLODIPINO 2,5 MG + 50 MG CAP CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	900
384	LOSARTANA POTÁSSICA + BESILATO DE ANLODIPINO 2,5 MG + 50 MG CAP CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	100
385	CARMELOSE SÓDICA 5 MG/ML SOL OFT CT FR PLAS OPC GOT X 10 ML	FRASCO	1.800
386	CARMELOSE SÓDICA 5 MG/ML SOL OFT CT FR PLAS OPC GOT X 10 ML	FRASCO	200
387	MAGNESIO (SULFATO) 100 MG/ML SOL INJ CX 200 AMP PLAS PE TRANS X 10 ML	EMBALAGEM C/200 AMPOLAS	180
388	MAGNESIO (SULFATO) 100 MG/ML SOL INJ CX 200 AMP PLAS PE TRANS X 10 ML	EMBALAGEM C/200 AMPOLAS	20
389	MEBENDAZOL 20 MG/ML SUS OR CT FR PLAS AMB X 30 ML	FRASCO	4.500
390	MEBENDAZOL 20 MG/ML SUS OR CT FR PLAS AMB X 30 ML	FRASCO	500
391	MEBENDAZOL 100 MG COM CT BL AL PLAS AMB X 6	CAIXA C/6 COMP	2.700
392	MEBENDAZOL 100 MG COM CT BL AL PLAS AMB X 6	CAIXA C/6 COMP	300
393	MECOBALAMINA 1000 MCG COM SUBL CT BL AL AL X 10	CAIXA C/10 COMP	1.800
394	MECOBALAMINA 1000 MCG COM SUBL CT BL AL AL X 10	CAIXA C/10 COMP	200
395	MEDROXIPROGESTERONA 150 MG/ML SUSP INJ CT FA VD INC X 1 ML	AMPOLA	1.800
396	MEDROXIPROGESTERONA 150 MG/ML SUSP INJ CT FA VD INC X 1 ML	AMPOLA	200
397	METFORMINA 500 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	3.600
398	METFORMINA 500 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	400
399	METFORMINA 850 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	2.700
400	METFORMINA 850 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	300



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



401	METFORMINA 1 G COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	900
402	METFORMINA 1 G COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	100
403	METILDOPA 250 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	1.350
404	METILDOPA 250 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	150
405	METILDOPA 500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	900
406	METILDOPA 500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	100
407	METOCLOPRAMIDA 10 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	4.500
408	METOCLOPRAMIDA 10 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	500
409	METOCLOPRAMIDA 4 MG/ML SOL OR CT FR GOT PLAS OPC X 10 ML	FRASCO	9.000
410	METOCLOPRAMIDA 4 MG/ML SOL OR CT FR GOT PLAS OPC X 10 ML	FRASCO	1.000
411	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD TRANS X 2 ML	EMBALAGEM C/100 AMPOLAS	450
412	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD TRANS X 2 ML	EMBALAGEM C/100 AMPOLAS	50
413	METRONIDAZOL 250 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	2.250
414	METRONIDAZOL 250 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	250
415	METRONIDAZOL 5 MG/ML SOL INFUS IV ENV AL BOLS PLAS PEBD TRANS SIST FECH X 100 ML	UNIDADE	900
416	METRONIDAZOL 5 MG/ML SOL INFUS IV ENV AL BOLS PLAS PEBD TRANS SIST FECH X 100 ML	UNIDADE	100
417	METRONIDAZOL 500MG/5G GEL VAG CT BG AL X 50G + 10 APLIC	BISNAGA	2.250
418	METRONIDAZOL 500MG/5G GEL VAG CT BG AL X 50G + 10 APLIC	BISNAGA	250
419	METRONIDAZOL 5 MG/ML SOL INFUS IV ENV AL BOLS PLAS PEBD TRANS SIST FECH X 100 ML	UNIDADE	1.800



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



420	METRONIDAZOL 5 MG/ML SOL INFUS IV ENV AL BOLS PLAS PEBD TRANS SIST FECH X 100 ML	UNIDADE	200
421	MICONAZOL 20 MG/G PO TOP CT FR PLAS OPC X 30 G	BISNAGA	1.800
422	MICONAZOL 20 MG/G PO TOP CT FR PLAS OPC X 30 G	BISNAGA	200
423	MICONAZOL 20 MG/G CREM VAG CT BG AL X 80 G + 14 APLIC	EMBALAGEM C/14 APLICADORES	900
424	MICONAZOL 20 MG/G CREM VAG CT BG AL X 80 G + 14 APLIC	EMBALAGEM C/14 APLICADORES	100
425	MIRTAZAPINA 15 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC TRANS X 6	CAIXA C/6 COMP	900
426	MIRTAZAPINA 15 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC TRANS X 6	CAIXA C/6 COMP	100
427	MIRTAZAPINA 30 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC TRANS X 6	CAIXA C/6 COMP	900
428	MIRTAZAPINA 30 MG COM ORODISP CT BL AL PLAS PVC TRANS X 6	CAIXA C/6 COMP	100
429	NIFEDIPINO 10 MG COM CT BL AL PLAS AMB X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
430	NIFEDIPINO 10 MG COM CT BL AL PLAS AMB X 30	CAIXA C/30 COMP	200
431	NIFEDIPINO 20 MG COM CT BL AL PLAS AMB X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
432	NIFEDIPINO 20 MG COM CT BL AL PLAS AMB X 30	CAIXA C/30 COMP	200
433	NIMESULIDA 100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 12	CAIXA C/12 COMP	900
434	NIMESULIDA 100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 12	CAIXA C/12 COMP	100
435	NIMESULIDA 50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 15 ML	FRASCO	1.800
436	NIMESULIDA 50 MG/ML SUS OR CT FR PLAS OPC GOT X 15 ML	FRASCO	200
437	NISTATINA 100.000 UI/ML SUS OR CT FR VD AMB X 50 ML + CGT	FRASCO	1.350
438	NISTATINA 100.000 UI/ML SUS OR CT FR VD AMB X 50 ML + CGT	FRASCO	150
439	NISTATINA 25.000 UI/G CREM VAG CT BG AL X 60 G + 14 APLIC	BISNAGA	1.350



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



440	NISTATINA 25.000 UI/G CREM VAG CT BG AL X 60 G + 14 APLIC	BISNAGA	150
441	OCITOCINA 5 UI/ML SOL INJ CT 50 AMP VD TRANS X 1 ML	EMBALAGEM C/50 AMPOLAS	225
442	OCITOCINA 5 UI/ML SOL INJ CT 50 AMP VD TRANS X 1 ML	EMBALAGEM C/50 AMPOLAS	25
443	OCITOCINA 40 UI/ML SOL NAS CT FR VD AMB SPR X 5 ML	UNIDADE	900
444	OCITOCINA 40 UI/ML SOL NAS CT FR VD AMB SPR X 5 ML	UNIDADE	100
445	OMEPRAZOL 20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 28	EMBALEGEM C/28 COMP	1.800
446	OMEPRAZOL 20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 28	EMBALEGEM C/28 COMP	200
447	OMEPRAZOL 40 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL PLAS PVC TRANS X 28	EMBALEGEM C/28 COMP	450
448	OMEPRAZOL 40 MG CAP DURA LIB RETARD CT BL AL PLAS PVC TRANS X 28	EMBALEGEM C/28 COMP	50
449	OMEPRAZOL SÓDICO 40 MG PO SOL INJ IV CX 25 FA VD AMB + 25 DIL AMP VD TRANS X 10 ML	EMBALEGEM C/25 AMPOLAS	90
450	OMEPRAZOL SÓDICO 40 MG PO SOL INJ IV CX 25 FA VD AMB + 25 DIL AMP VD TRANS X 10 ML	EMBALEGEM C/25 AMPOLAS	10
451	ONDANSETRONA 2 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 25 AMP VD AMB X 2 ML	EMBALEGEM C/25 AMPOLAS	108
452	ONDANSETRONA 2 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 25 AMP VD AMB X 2 ML	EMBALEGEM C/25 AMPOLAS	12
453	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA DI-HIDRATADO 4 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 10	CAIXA C/10 COMP	900
454	CLORIDRATO DE ONDANSETRONA DI-HIDRATADO 4 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 10	CAIXA C/10 COMP	100
455	OTOSYLASE SOL OTOLOGICA 0,250MG/ML + 10.000 UI/ML + 3,5 MG/ML + 20 MG/ML SOL OTO CT FR GOT PLAS OPC X 10 ML	FRASCO	1.800



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



456	OTOSYLASE SOL OTOLOGICA 0,250MG/ML + 10.000 UI/ML + 3,5 MG/ML + 20 MG/ML SOL OTO CT FR GOT PLAS OPC X 10 ML	FRASCO	200
457	PARACETAMOL 200 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC GOT X 15 ML	FRASCO	4.500
458	PARACETAMOL 200 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC GOT X 15 ML	FRASCO	500
459	PARACETAMOL 500 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 20	CAIXA C/20 COMP	4.500
460	PARACETAMOL 500 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 20	CAIXA C/20 COMP	500
461	PARACETAMOL 750 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	2.700
462	PARACETAMOL 750 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	300
463	PREDINISONA 20 MG COM CT BL AL AL X 10	CAIXA C/10 COMP	3.600
464	PREDINISONA 20 MG COM CT BL AL AL X 10	CAIXA C/10 COMP	400
465	PREDINISONA 5 MG COM CT BL AL AL X 10	CAIXA C/10 COMP	3.600
466	PREDINISONA 5 MG COM CT BL AL AL X 10	CAIXA C/10 COMP	400
467	PREDNISOLONA 3 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 100 ML + SER DOS	FRASCO	900
468	PREDNISOLONA 3 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC X 100 ML + SER DOS	FRASCO	100
469	PROMETAZINA 25 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD AMB X 2 ML	EMBALAGEM C/100 AMPOLAS	288
470	PROMETAZINA 25 MG/ML SOL INJ CX 100 AMP VD AMB X 2 ML	EMBALAGEM C/100 AMPOLAS	32
471	PROMETAZINA 25 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 20	CAIXA C/20 COMP	2.700
472	PROMETAZINA 25 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 20	CAIXA C/20 COMP	300
473	PROPANOLOL 40 MG COM CX 25 BL AL PLAS LAR X 20	CAIXA C/20 COMP	2.700
474	PROPANOLOL 40 MG COM CX 25 BL AL PLAS LAR X 20	CAIXA C/20 COMP	300



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



475	RIVAROXABANA 15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 5	CAIXA C/5 COMP	1.800
476	RIVAROXABANA 15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 5	CAIXA C/5 COMP	200
477	RIVAROXABANA 20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 5	CAIXA C/5 COMP	1.800
478	RIVAROXABANA 20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 5	CAIXA C/5 COMP	200
479	SACUBITRIL + VALSARTANA 50 MG COM REV CT BL AL AL X 28	CAIXA C/28 COMP	720
480	SACUBITRIL + VALSARTANA 50 MG COM REV CT BL AL AL X 28	CAIXA C/28 COMP	80
481	ROSUVASTANTINA CÁLCICA 10 MG COM REV CT BL AL/AL X 10	CAIXA C/10 COMP	1.800
482	ROSUVASTANTINA CÁLCICA 10 MG COM REV CT BL AL/AL X 10	CAIXA C/10 COMP	200
483	ROSUVASTANTINA CÁLCICA 20 MG COM REV CT BL AL/AL X 10	CAIXA C/10 COMP	720
484	ROSUVASTANTINA CÁLCICA 20 MG COM REV CT BL AL/AL X 10	CAIXA C/10 COMP	80
485	ROSUVASTANTINA CÁLCICA 40 MG COM REV CT BL AL AL X 10	CAIXA C/10 COMP	720
486	ROSUVASTANTINA CÁLCICA 40 MG COM REV CT BL AL AL X 10	CAIXA C/10 COMP	80
487	SALBUTAMOL 5 MG/ML SOL P/NEBUL CT FR VD AMB X 10 ML	FRASCO	1.800
488	SALBUTAMOL 5 MG/ML SOL P/NEBUL CT FR VD AMB X 10 ML	FRASCO	200
489	SALBUTAMOL INALATORIO 100 MCG/DOSE SUS AER INAL OR CT TB AL 19 ML X 200 ACION + DISP INAL	FRASCO	1.800
490	SALBUTAMOL INALATORIO 100 MCG/DOSE SUS AER INAL OR CT TB AL 19 ML X 200 ACION + DISP INAL	FRASCO	200
491	SULFATO DE SALBUTAMOL + DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA (50 + 100) MCG SUS AER INAL OR CT FR AL X 200 ACIONAMENTOS + BOMB	FRASCO	1.800
492	SULFATO DE SALBUTAMOL + DIPROPIONATO DE BECLOMETASONA (50 + 100) MCG SUS AER INAL OR CT FR AL X 200 ACIONAMENTOS + BOMB	FRASCO	200
493	CITRATO DE SÓDIO DI-HIDRATADO;CLORETO DE POTÁSSIO;GLICONATO DE ZINCO;GLICOSE;CLORETO DE SÓDIO (749,90 + 9999,24 + 1449,96 + 1750,01 + 30,00) MG PO SOL OR CT 4 ENV AL/PLAS X 14 G	UNIDADE	7.200



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



494	CITRATO DE SÓDIO DI-HIDRATADO;CLORETO DE POTÁSSIO;GLICONATO DE ZINCO;GLICOSE;CLORETO DE SÓDIO (749,90 + 9999,24 + 1449,96 + 1750,01 + 30,00) MG PO SOL OR CT 4 ENV AL/PLAS X 14 G	UNIDADE	800
495	SILYBUM MARIANUM 90 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 30	CAIXA C/30 COMP	900
496	SILYBUM MARIANUM 90 MG DRG CT BL AL PLAS INC X 30	CAIXA C/30 COMP	100
497	SILYBUM MARIANUM 180 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 20	CAIXA C/30 COMP	720
498	SILYBUM MARIANUM 180 MG CAP GEL DURA CT BL AL PLAS INC X 20	CAIXA C/30 COMP	80
499	SINVASTATINA 20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	4.500
500	SINVASTATINA 20 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	500
501	SINVASTATINA 40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	2.700
502	SINVASTATINA 40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE/PVDC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	300
503	SORO FISIOLÓGICO DE 0,9% DE 250 ml	FRASCO	1.800
504	SORO FISIOLÓGICO DE 0,9% DE 250 ml	FRASCO	200
505	SORO FISIOLÓGICO DE 0,9% DE 500 ml	FRASCO	2.250
506	SORO FISIOLÓGICO DE 0,9% DE 500 ml	FRASCO	250
507	SORO GLICOSADO DE 5% DE 500 ml	FRASCO	1.800
508	SORO GLICOSADO DE 5% DE 500 ml	FRASCO	200
509	SORO RINGER LACTADO 500ML	FRASCO	1.350
510	SORO RINGER LACTADO 500ML	FRASCO	150
511	SORO RINGER LACTADO 250ML	FRASCO	900
512	SORO RINGER LACTADO 250ML	FRASCO	100
513	SULFADIAZINA DE PRATA 10 MG / G CREM DERM CT BG AL REV X 50 G	UNIDADE	1.800
514	SULFADIAZINA DE PRATA 10 MG / G CREM DERM CT BG AL REV X 50 G	UNIDADE	200
515	SULFATO FERROSO 25MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 100ML	FRASCO	4.500



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



516	SULFATO FERROSO 25MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 100ML	FRASCO	500
517	SULFATO FERROSO 40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 50	CAIXA C/50 COMP	4.500
518	SULFATO FERROSO 40 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 50	CAIXA C/50 COMP	500
519	SULFATO DE GLICOSAMINA 1500 MG PO SOL OR CT 10 SACH X 3,95 G	EMBALAGEM C/10 UNIDADES	900
520	SULFATO DE GLICOSAMINA 1500 MG PO SOL OR CT 10 SACH X 3,95 G	EMBALAGEM C/10 UNIDADES	100
521	TENOXICAM 20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	900
522	TENOXICAM 20 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	100
523	TENOXICAM 40 MG PO LIOF SOL INJ CX 50 FA VD TRANS + AMP DIL X 2 ML	EMBALAGEM C/50 UNIDADES	90
524	TENOXICAM 40 MG PO LIOF SOL INJ CX 50 FA VD TRANS + AMP DIL X 2 ML	EMBALAGEM C/50 UNIDADES	10
525	VALSARTANA 160 MG COM REV CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
526	VALSARTANA 160 MG COM REV CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	200
527	VALSARTANA 80 MG COM REV CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
528	VALSARTANA 80 MG COM REV CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	200
529	VILDAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 50 MG + 1000 MG COM REV CT BL AL/AL X 14	CAIXA C/14 COMP	1.350
530	VILDAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA 50 MG + 1000 MG COM REV CT BL AL/AL X 14	CAIXA C/14 COMP	150
531	VILDAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA (50 + 500) MG COM REV CT BL AL AL X 7	CAIXA C/7 COMP	900
532	VILDAGLIPTINA + CLORIDRATO DE METFORMINA (50 + 500) MG COM REV CT BL AL AL X 7	CAIXA C/7 COMP	100
533	ALPRAZOLAM 0,5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



534	ALPRAZOLAM 0,5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	200
535	ALPRAZOLAM 1,0 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	1.350
536	ALPRAZOLAM 1,0 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	150
537	AMITRIPILINA 25 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	2.250
538	AMITRIPILINA 25 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	250
539	AMITRIPILINA 10 MG COM REV CX BL AL PLAS PVDC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
540	AMITRIPILINA 10 MG COM REV CX BL AL PLAS PVDC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	200
541	BIPERIDENO 2 MG COM CX 20 BL AL PLAS TRANS X 10	CAIXA C/20 UND	900
542	BIPERIDENO 2 MG COM CX 20 BL AL PLAS TRANS X 10	CAIXA C/20 UND	100
543	BUPIVACAÍNA + GLICOSE 5 MG/ML + 80 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD TRANS X 4 ML	EMBALEGEM AMPOLAS C/50	180
544	BUPIVACAÍNA + GLICOSE 5 MG/ML + 80 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD TRANS X 4 ML	EMBALEGEM AMPOLAS C/50	20
545	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA 5,0 MG/ML SOL INJ EPI CX C/ 25 FA VD TRANS X 20 ML.	EMBALEGEM AMPOLAS C/25	180
546	CLORIDRATO DE BUPIVACAÍNA 5,0 MG/ML SOL INJ EPI CX C/ 25 FA VD TRANS X 20 ML.	EMBALEGEM AMPOLAS C/25	20
547	BROMAZEPAM 3 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 UND	1.800
548	BROMAZEPAM 3 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 UND	200
549	CARBAMAZEPINA 200 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	2.250
550	CARBAMAZEPINA 200 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	250
551	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUS OR CT FR VD AMB X 100 ML + SER DOS	FRASCO	1.800
552	CARBAMAZEPINA 20 MG/ML SUS OR CT FR VD AMB X 100 ML + SER DOS	FRASCO	200



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



553	CARBAMAZEPINA 400 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
554	CARBAMAZEPINA 400 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	200
555	CARBIDOPA + LEVODOPA (25 + 250) MG COM CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
556	CARBIDOPA + LEVODOPA (25 + 250) MG COM CT BL AL AL X 30	CAIXA C/30 COMP	200
557	CELECOXIBE 200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	900
558	CELECOXIBE 200 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC/PCTFE TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	100
559	CLOMIPRAMINA 75 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	1.800
560	CLOMIPRAMINA 75 MG COM REV LIB PROL CT BL AL PLAS PVDC/PVC TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	200
561	CLOMIPRAMINA 25 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 20	CAIXA C/20 COMP	900
562	CLOMIPRAMINA 25 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC OPC X 20	CAIXA C/20 COMP	100
563	CLONAZEPAM 0,5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
564	CLONAZEPAM 0,5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	200
565	CLONAZEPAM 2 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
566	CLONAZEPAM 2 MG COM CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	200
567	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOL OR CT FR VD CGT X 20 ML	FRASCO	1.800
568	CLONAZEPAM 2,5 MG/ML SOL OR CT FR VD CGT X 20 ML	FRASCO	200
569	DIAZEPAM 10 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
570	DIAZEPAM 10 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	200
571	DIAZEPAM 5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
572	DIAZEPAM 5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	200
573	DIAZEPAM 5 MG/ ML SOL INJ CX 50 AMP VD AMB X 2 ML	EMBALEGEM C/ 50 AMPOLAS	450



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



574	DIAZEPAM 5 MG/ ML SOL INJ CX 50 AMP VD AMB X 2 ML	EMBALEGEM C/ 50 AMPOLAS	50
575	EPINEFRINA 1 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD AMB X 1 ML	EMBALAGEM C/50 AMPOLAS	450
576	EPINEFRINA 1 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD AMB X 1 ML	EMBALAGEM C/50 AMPOLAS	50
577	ETOMIDATO 2 MG/ML SOL INJ CX C/5 AMP VD TRANS X 10 ML	EMBALAGEM C/5 AMPOLAS	900
578	ETOMIDATO 2 MG/ML SOL INJ CX C/5 AMP VD TRANS X 10 ML	EMBALAGEM C/5 AMPOLAS	100
579	ESCITALOPRAM 10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	900
580	ESCITALOPRAM 10 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	100
581	FENITOINA 100 MG COM CT BL AL PLAS PVC AMB X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
582	FENITOINA 100 MG COM CT BL AL PLAS PVC AMB X 30	CAIXA C/30 COMP	200
583	FENITOÍNA 50 MG/ML SOL INJ IM IV CX 10 AMP VD TRANS X 5 ML	EMBALAGEM C/10 AMPOLAS	900
584	FENITOÍNA 50 MG/ML SOL INJ IM IV CX 10 AMP VD TRANS X 5 ML	EMBALAGEM C/10 AMPOLAS	100
585	FENOBARBITAL 100 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
586	FENOBARBITAL 100 MG COM CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	200
587	FENOBARBITAL 100 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 25 AMP VD TRANS X 2 ML	EMBALAGEM C/25 AMPOLAS	450
588	FENOBARBITAL 100 MG/ML SOL INJ IM/IV CX 25 AMP VD TRANS X 2 ML	EMBALAGEM C/25 AMPOLAS	50
589	FENOBARBITAL 40MG/ML SOL OR CX 10 FR GOT VD AMB X 20 ML	EMBALAGEM C/10 AMPOLAS	450
590	FENOBARBITAL 40MG/ML SOL OR CX 10 FR GOT VD AMB X 20 ML	EMBALAGEM C/10 AMPOLAS	50



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



591	FLUOXETINA 20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	1.800
592	FLUOXETINA 20 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	200
593	FLUOXETINA 20 MG/ML SOL CT FR GOT PLAS TRANSL X 20 ML	UNIDADE	900
594	FLUOXETINA 20 MG/ML SOL CT FR GOT PLAS TRANSL X 20 ML	UNIDADE	100
595	GABAPENTINA 300 MG CAP DURA CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	900
596	GABAPENTINA 300 MG CAP DURA CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	100
597	GABAPENTINA 600MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	450
598	GABAPENTINA 600MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	50
599	LIDOCAÍNA 20 MG/ML SOL INJ CX 12 FA VD TRANS X 20 ML	EMBALAGEM C/12 AMPOLA	450
600	LIDOCAÍNA 20 MG/ML SOL INJ CX 12 FA VD TRANS X 20 ML	EMBALAGEM C/12 AMPOLA	50
601	LIDOCAÍNA 50 MG/G POM DERM CT BG AL X 25 G	UNIDADE	900
602	LIDOCAÍNA 50 MG/G POM DERM CT BG AL X 25 G	UNIDADE	100
603	HALOPERIDOL 1 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	900
604	HALOPERIDOL 1 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	100
605	HALOPERIDOL 5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	900
606	HALOPERIDOL 5 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20	CAIXA C/20 COMP	100
607	HALOPERIDOL 2 MG/ML SOL GOT OR CX 10 FR GOT PLAS OPC X 20 ML	EMBALEGEM C/ 10 UNIDADES	900
608	HALOPERIDOL 2 MG/ML SOL GOT OR CX 10 FR GOT PLAS OPC X 20 ML	EMBALEGEM C/ 10 UNIDADES	100
609	MIDAZOLAN 5 MG/ML SOL INJ CT 5 AMP VD AMB X 10 ML	EMBALEGEM C/5 AMPOLAS	450



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



610	MIDAZOLAN 5 MG/ML SOL INJ CT 5 AMP VD AMB X 10 ML	EMBALEGEM AMPOLAS C/5	50
611	MIDAZOLAN 15 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	720
612	MIDAZOLAN 15 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	80
613	MORFINA 10,0 MG/ML SOL INJ CX 5 AMP VD AMB X 1 ML	EMBALEGEM AMPOLA C/5	1.800
614	MORFINA 10,0 MG/ML SOL INJ CX 5 AMP VD AMB X 1 ML	EMBALEGEM AMPOLA C/5	200
615	MORFINA 0,2 MG/ML SOL INJ CX 50 ENVOL AMP VD AMB X 1 ML	EMBALEGEM AMPOLA C/50	180
616	MORFINA 0,2 MG/ML SOL INJ CX 50 ENVOL AMP VD AMB X 1 ML	EMBALEGEM AMPOLA C/50	20
617	PARACETAMOL + FOSFATO DE CODEÍNA 500 MG + 30 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 12	CAIXA C/12 COMP	1.080
618	PARACETAMOL + FOSFATO DE CODEÍNA 500 MG + 30 MG COM CT BL AL PLAS OPC X 12	CAIXA C/12 COMP	120
619	CLORIDRATO DE PETIDINA 50 MG/ ML SOL INJ CT 25 AMP VD TRANS X 2 ML	EMBALAGEM AMPOLAS C/25	450
620	CLORIDRATO DE PETIDINA 50 MG/ ML SOL INJ CT 25 AMP VD TRANS X 2 ML	EMBALAGEM AMPOLAS C/25	50
621	RISPERIDONA 1 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	900
622	RISPERIDONA 1 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	100
623	RISPERIDONA 1 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 30 ML + SER PLAS DOSAD	FRASCO	900
624	RISPERIDONA 1 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 30 ML + SER PLAS DOSAD	FRASCO	100
625	RISPERIDONA 2 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 7	CAIXA C/7 COMP	1.800
626	RISPERIDONA 2 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 7	CAIXA C/7 COMP	200



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



627	RISPERIDONA 3 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 7	CAIXA C/7 COMP	900
628	RISPERIDONA 3 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 7	CAIXA C/7 COMP	100
629	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	900
630	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 25 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	100
631	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	225
632	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 100 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	25
633	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 200 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	180
634	HEMIFUMARATO DE QUETIAPINA 200 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 30	CAIXA C/30 COMP	20
635	SERTRALINA 25 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	900
636	SERTRALINA 25 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	100
637	SERTRALINA 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	900
638	SERTRALINA 50 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC TRANS X 30	CAIXA C/30 COMP	100
639	TRAMADOL 50 MG/ML SOL INJ IM IV CX 50 AMP VD TRANS X 1 ML	EMBALAGEM C/50 AMPOLA	225
640	TRAMADOL 50 MG/ML SOL INJ IM IV CX 50 AMP VD TRANS X 1 ML	EMBALAGEM C/50 AMPOLA	25
641	TRAMADOL 50 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVDC OPC X 10	CAIXA C/10 COMP	1.800
642	TRAMADOL 50 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVDC OPC X 10	CAIXA C/10 COMP	200
643	VALPROATO DE SÓDIO 500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 10	CAIXA C/10 COMP	1.800
644	VALPROATO DE SÓDIO 500 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC OPC X 10	CAIXA C/10 COMP	200



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



645	VALPROATO DE SÓDIO 50 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML	FRASCO	900
646	VALPROATO DE SÓDIO 50 MG/ML XPE CT FR VD AMB X 100 ML	FRASCO	100
647	AMOXICILINA SUSPENSÃO 50 MG/ML PO SUS OR CT FR VD AMB X 150 ML + COP X 10 ML	FRASCO	1.800
648	AMOXICILINA SUSPENSÃO 50 MG/ML PO SUS OR CT FR VD AMB X 150 ML + COP X 10 ML	FRASCO	200
649	AMOXICILINA SUSPENSÃO 100 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 150 ML + COP	FRASCO	4.500
650	AMOXICILINA SUSPENSÃO 100 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 150 ML + COP	FRASCO	500
651	AMOXICILINA SUSPENSÃO 400 MG/ 5 ML PO SUS OR CT FR VD AMB X 100 ML + SER DOS X 10 ML	FRASCO	900
652	AMOXICILINA SUSPENSÃO 400 MG/ 5 ML PO SUS OR CT FR VD AMB X 100 ML + SER DOS X 10 ML	FRASCO	100
653	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50 MG/ML + 12,5 MG/ML PÓ P/ SUSP ORAL CT FR VD AMB X 75 ML + COL	FRASCO	900
654	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50 MG/ML + 12,5 MG/ML PÓ P/ SUSP ORAL CT FR VD AMB X 75 ML + COL	FRASCO	100
655	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO (80+11,4) MG/ML PO SUS OR CT FR VD AMB X 70 ML + COL	FRASCO	900
656	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO (80+11,4) MG/ML PO SUS OR CT FR VD AMB X 70 ML + COL	FRASCO	100
657	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO (500 + 100) MG PO SOL INJ IV CX 25 FA VD TRANS	EMBALAGEM AMPOLAS	C/25 90
658	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO (500 + 100) MG PO SOL INJ IV CX 25 FA VD TRANS	EMBALAGEM AMPOLAS	C/25 10



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



659	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO (1000 + 200) MG PO SOL INJ IV CX 25 FA VD TRANS	EMBALAGEM C/25 AMPOLAS	9
660	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO (1000 + 200) MG PO SOL INJ IV CX 25 FA VD TRANS	EMBALAGEM C/25 AMPOLAS	1
661	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO (500+125) MG COM REV CT STR AL/AL X 18	CAIXA C/18 COMP	900
662	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO (500+125) MG COM REV CT STR AL/AL X 18	CAIXA C/18 COMP	100
663	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 875 MG + 125 MG COM REV CT FR VD AMB X 14	CAIXA C/14 COMP	900
664	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 875 MG + 125 MG COM REV CT FR VD AMB X 14	CAIXA C/14 COMP	100
665	AMOXILINA 500 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 21	CAIXA C/21 COMP	4.500
666	AMOXILINA 500 MG CAP DURA CT BL AL PLAS TRANS X 21	CAIXA C/21 COMP	500
667	AMOXILINA 875 MG COM REV CT BL AL AL X 14	CAIXA C/14 COMP	900
668	AMOXILINA 875 MG COM REV CT BL AL AL X 14	CAIXA C/14 COMP	100
669	AMPICILINA 500 MG PO SOL INJ IM/IV CX 50 FA VD TRANS	EMBALAGEM C/50 AMPOLAS	180
670	AMPICILINA 500 MG PO SOL INJ IM/IV CX 50 FA VD TRANS	EMBALAGEM C/50 AMPOLAS	20
671	AMPICILINA 500 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 12	CAIXA C/12 COMP	1.800
672	AMPICILINA 500 MG CAP DURA CT BL AL PLAS PVC TRANS X 12	CAIXA C/12 COMP	200
673	AMPICILINA SÓDICA 1 G PO SOL INJ IM/IV CX 50 FA VD TRANS	EMBALEGEM C/50 AMPOLAS	135
674	AMPICILINA SÓDICA 1 G PO SOL INJ IM/IV CX 50 FA VD TRANS	EMBALEGEM C/50 AMPOLAS	15
675	AZITROMICINA 40 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 37,5 ML + DIL FR PLAS X 20 ML + SER DOS	FRASCO	1.800



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



676	AZITROMICINA 40 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 37,5 ML + DIL FR PLAS X 20 ML + SER DOS	FRASCO	200
677	AZITROMICINA 500 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 3	CAIXA C/3 COMP	1.350
678	AZITROMICINA 500 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 3	CAIXA C/3 COMP	150
679	AZITROMICINA 500 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 5	CAIXA C/5 COMP	900
680	AZITROMICINA 500 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 5	CAIXA C/5 COMP	100
681	AZITROMICINA 1000 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 1	CAIXA C/1 COMP	1.800
682	AZITROMICINA 1000 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 1	CAIXA C/1 COMP	200
683	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200000 UI PO INJ CX 50 FA VD TRANS	EMBALAGEM C/50 AMPOLAS	450
684	BENZILPENICILINA BENZATINA 1200000 UI PO INJ CX 50 FA VD TRANS	EMBALAGEM C/50 AMPOLAS	50
685	BENZILPENICILINA BENZATINA 300.000 U/ML SUS INJ IM CT 1 FA VD TRANS X 4 ML	UNIDADE	1.800
686	BENZILPENICILINA BENZATINA 300.000 U/ML SUS INJ IM CT 1 FA VD TRANS X 4 ML	UNIDADE	200
687	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUS OR CT FR PLAS AMB X 100 ML + COP MED	FRASCO	1.800
688	BENZOILMETRONIDAZOL 40 MG/ML SUS OR CT FR PLAS AMB X 100 ML + COP MED	FRASCO	200
689	CEFTRIAXONA 1G IM PO SOL INJ CT FA VD TRANS + DIL X 3,5 ML	FRASCO	900
690	CEFTRIAXONA 1G IM PO SOL INJ CT FA VD TRANS + DIL X 3,5 ML	FRASCO	100
691	CEFALEXINA 50 MG/ML PÓ P/ SUS OR CT FR VD AMB X 100 ML + COP	FRASCO	1.800
692	CEFALEXINA 50 MG/ML PÓ P/ SUS OR CT FR VD AMB X 100 ML + COP	FRASCO	200
693	CEFALEXINA 500 MG COM REV CT BL AL PVC/PVDC TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	2.250
694	CEFALEXINA 500 MG COM REV CT BL AL PVC/PVDC TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	250



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



695	CEFALOTINA 1G PÓ P/ SOL INJ CX 50 FA VD TRANS X 10 ML	EMBALEGEM UNIDADES C/50	225
696	CEFALOTINA 1G PÓ P/ SOL INJ CX 50 FA VD TRANS X 10 ML	EMBALEGEM UNIDADES C/50	25
697	CEFALOTINA 1000 MG PO INJ CT FA VD TRANS + AMP DIL VD X 5 ML	UNIDADE	900
698	CEFALOTINA 1000 MG PO INJ CT FA VD TRANS + AMP DIL VD X 5 ML	UNIDADE	100
699	CIPROFLOXACINO 2 MG/ML SOL INJ CT BOLS PLAS TRANS X 100 ML	BOLSA	720
700	CIPROFLOXACINO 2 MG/ML SOL INJ CT BOLS PLAS TRANS X 100 ML	BOLSA	80
701	CIPROFLOXACINO 500 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 14	CAIXA C/14 COMP	1.800
702	CIPROFLOXACINO 500 MG COM REV CT BL AL PLAS INC X 14	CAIXA C/14 COMP	200
703	CIPROFLOXACINO 3,5 MG/ML SOL OFT CT FR GOT PLAS OPC X 5 ML	FRASCO	1.800
704	CIPROFLOXACINO 3,5 MG/ML SOL OFT CT FR GOT PLAS OPC X 5 ML	FRASCO	200
705	CLARITROMICINA 500 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 10	CAIXA C/10 COMP	900
706	CLARITROMICINA 500 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 10	CAIXA C/10 COMP	100
707	CLARITROMICINA 50 MG/ML GRAN SUS OR CT FR PLAS OPC X 60 ML + SER DOS	UNIDADE	720
708	CLARITROMICINA 50 MG/ML GRAN SUS OR CT FR PLAS OPC X 60 ML + SER DOS	UNIDADE	80
709	CLINDAMICINA 150 MG/ML SOL INJ CX C/ COLM 50 AMP VD TRANS X 4 ML	EMBALAGEM AMPOLA C/50	90
710	CLINDAMICINA 150 MG/ML SOL INJ CX C/ COLM 50 AMP VD TRANS X 4 ML	EMBALAGEM AMPOLA C/50	10
711	COLAGENASE + CLORANFENICOL POMADA 0,6 U/G + 0,01 G/G POM DERM CT 01 BG AL X 15 G + ESP PLAS	BISNAGA	900
712	COLAGENASE + CLORANFENICOL POMADA 0,6 U/G + 0,01 G/G POM DERM CT 01 BG AL X 15 G + ESP PLAS	BISNAGA	100



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



713	DOXICLINA 100 MG COM SOL CT BL AL PLAS TRANS X 15	CAIXA C/15 COMP	900
714	DOXICLINA 100 MG COM SOL CT BL AL PLAS TRANS X 15	CAIXA C/15 COMP	100
715	ERITROMICINA 50 MG/ML SUS OR CX 50 FR PLAS OPC X 60 ML + 50 COP	EMBALAGEM C/50 UNIDADES	180
716	ERITROMICINA 50 MG/ML SUS OR CX 50 FR PLAS OPC X 60 ML + 50 COP	EMBALAGEM C/50 UNIDADES	20
717	METRONIDAZOL 5 MG/ML SOL INJ CT BOLS PLAS X 100 ML	UNIDADE	900
718	METRONIDAZOL 5 MG/ML SOL INJ CT BOLS PLAS X 100 ML	UNIDADE	100
719	METRONIDAZOL 100 MG/G GEL VAG CT BG AL X 50 G + 10 APLIC DESCART	UNIDADE	900
720	METRONIDAZOL 100 MG/G GEL VAG CT BG AL X 50 G + 10 APLIC DESCART	UNIDADE	100
721	NITRATO DE MICONAZOL + METRONIDAZOL 750 MG + 200 MG OVL VAG CT STRIP X 7 + 14 DEDEIRAS	UNIDADE	900
722	NITRATO DE MICONAZOL + METRONIDAZOL 750 MG + 200 MG OVL VAG CT STRIP X 7 + 14 DEDEIRAS	UNIDADE	100
723	NEOMICINA SULFATO + BACITRACINA 5MG/G + 250 UI/G POM DERM CT BG AL X 50 G	BISNAGA	1.350
724	NEOMICINA SULFATO + BACITRACINA 5MG/G + 250 UI/G POM DERM CT BG AL X 50 G	BISNAGA	150
725	NORFLOXACINO 400 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 14	CAIXA C/14 COMP	1.800
726	NORFLOXACINO 400 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 14	CAIXA C/14 COMP	200
727	OXACILINA 500 MG PO P/ SOL INJ CX 50 FA VD INC	EMBALEGEM C/50 AMPOLAS	450
728	OXACILINA 500 MG PO P/ SOL INJ CX 50 FA VD INC	EMBALEGEM C/50 AMPOLAS	50



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



729	POLIMEXINA B 500.000 UI PÓ LIOF P/ SOL INJ CT 5 FA VD TRANS	EMBALEGEM AMPOLAS C/5	135
730	POLIMEXINA B 500.000 UI PÓ LIOF P/ SOL INJ CT 5 FA VD TRANS	EMBALEGEM AMPOLAS C/5	15
731	SECNIDAZOL 1000 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 4	CAIXA C/4 COMP	900
732	SECNIDAZOL 1000 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 4	CAIXA C/4 COMP	100
733	VANCOMICINA 500 MG PO SOL INJ IV CT FA VD TRANS TIPO 1 + AMP DIL X 10 ML	AMPOLA	1.350
734	VANCOMICINA 500 MG PO SOL INJ IV CT FA VD TRANS TIPO 1 + AMP DIL X 10 ML	AMPOLA	150
735	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA 40 MG/ML + 8 MG/ML SUS OR CT FR PLAS AMB X 100 ML	FRASCO	900
736	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA 40 MG/ML + 8 MG/ML SUS OR CT FR PLAS AMB X 100 ML	FRASCO	100
737	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA 400 MG + 80 MG COM CT STR X 20	CAIXA C/20 COMP	2.250
738	SULFAMETOXAZOL+TRIMETROPINA 400 MG + 80 MG COM CT STR X 20	CAIXA C/20 COMP	250
739	SULFATO DE GENTAMICINA 40 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD TRANS X 1 ML	AMPOLA	900
740	SULFATO DE GENTAMICINA 40 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD TRANS X 1 ML	AMPOLA	100
741	SULFATO DE AMICACINA 250 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD TRANS X 2 ML	EMBALEGEM AMPOLA C/50	135
742	SULFATO DE AMICACINA 250 MG/ML SOL INJ CX 50 AMP VD TRANS X 2 ML	EMBALEGEM AMPOLA C/50	15
743	SULFATO DE AMICACINA 50 MG/ML SOL INJ CT 50 AMP VD TRANS X 2 ML	EMBALEGEM AMPOLA C/50	180
744	SULFATO DE AMICACINA 50 MG/ML SOL INJ CT 50 AMP VD TRANS X 2 ML	EMBALEGEM AMPOLA C/50	20
745	LEVOFLOXACINO 500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	450



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



746	LEVOFLOXACINO 500 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10	CAIXA C/10 COMP	50
747	LEVOFLOXACINO 5 MG/ML SOL INFUS IV CX ENVOL 6 BOLS PLAS PP TRANS SIST FECH X 100 ML	EMBALEGEM COM 6 UNIDADES	27
748	LEVOFLOXACINO 5 MG/ML SOL INFUS IV CX ENVOL 6 BOLS PLAS PP TRANS SIST FECH X 100 ML	EMBALEGEM COM 6 UNIDADES	3

11. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO:

Do local de entrega

- 4.1.** O material permanente deverá ser entregue no local indicado pela secretaria de saúde, (informações obtidas no *google map*).

Subcontratação

- 4.2.** Não é admitida subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

- 4.3.** A autorização de fornecimento terá o peso de contrato, caso por força da lei haja a necessidade de contrato a vigência será de no mínimo de 6 (seis) meses, a contar do recebimento definitivo.
- 4.4.** O Contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO:

Condições de entrega

- 5.1.** A empresa após o recebimento da ordem de fornecimento, terá o prazo de entrega de até 30 (trinta) dias do objeto deste termo de referência, observando as especificações do item ganho pela empresa que propor o menor preço, atendendo ao princípio da economicidade.

6. GESTÃO DO CONTRATO:

- 6.1.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da lei 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2.** Em caso de impedimento, ordem de paralização ou suspensão do cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3.** As comunicações entre o órgão/entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devem ser compridas de imediato.
- 6.5.** Após assinatura do instrumento contratual, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, Caput.)

Fiscalização Técnica



- 6.7.** O fiscal técnico do contrato deverá acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 117, Caput).
- 6.7.1.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).
- 6.7.2.** Observada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.7.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).
- 6.7.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).
- 6.7.5.** O fiscal O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

- 6.8.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23. I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.8.1.** Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23. IV).

Gestor do Contrato

- 6.9.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.10.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.11.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.12.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.13.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.14.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).



- 6.15.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:

- 7.1.** Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta.
- 7.2.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 20 (vinte) dias a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material.
- 7.4.** O prazo para o recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.6.** O prazo para a solução pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para fins de recebimento definitivo.
- 7.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.8.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022. 6.9.1 O prazo em que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.9.** Para fins de liquidação o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- I- prazo de Validade;
 - II- a data de emissão/ fabricação;
 - III- os dados do contrato e do órgão contratante;
 - IV- o período respectivo de execução do contrato;
 - V- o valor a pagar, e
 - VI- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 7.10.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante:
- 7.11.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança, equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.12.** A administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do



órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.13. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de Pagamento

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022 e Decreto Municipal 13, de 2024.

7.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

Forma de Pagamento

7.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.21. Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO:

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, através de SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será mediante emissão de ordem de fornecimento.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva, acompanhada da certidão simplificada devidamente atualizada.

Habilitação fiscal, social e trabalhista



- 8.5.** Prova de inscrição de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.6.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.7.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.8.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.9.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 8.10.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 8.11.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.12.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 8.13.** Certidão Negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 8.14.** Certidão Negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- 8.15.** Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;
- 8.16.** Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);
- 8.17.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.
- 8.18.** Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;
- 8.19.** Os documentos referidos deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para a transmissão de Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.
- 8.20.** Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.
- 8.21.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 8.22.** O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

- 8.23.** Licença de Funcionamento (LF) estadual e/ou municipal, emitida pela Vigilância Sanitária Local (DVISA) ou protocolo de solicitação do LF autenticado, acompanhado da licença sanitária se estiver vencida, explicitando claramente as atividades a serem exercidas pela empresa.



8.24. “Autorização de Funcionamento de Empresa” (AFE) emitida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA devendo constar, no mínimo, os processos de fabricação e/ou armazenagem, distribuição e transporte, ou cópia autenticada e legível da publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.), ou protocolo de solicitação da AFE autenticada, acompanhada da respectiva AFE se estiver vencida, explicitando claramente as atividades a serem exercidas pela empresa.

8.25. Para os produtos passíveis de registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, as empresas deverão apresentar juntamente com os produtos solicitados, no ato das entregas, os registros em validade e pertinente aos produtos entregues, respeitando as marcas, laboratórios e informações apresentadas no certame licitatório.

9. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO:

9.1. A previsão de custo após pesquisa de mercado foi estimada conforme mapa comparativo no bojo do processo interno, para o objeto citado neste Termo de referência. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante no procedimento interno.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, nas seguintes situações art. 25 do Decreto nº 11.462/2023:

9.2.1. em caso de força maior, Caso Fortuito ou Fato do Principe ou em decorrência de Fatos Imprevisíveis ou Previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

9.3. O Art. 24 da Lei 14.133 estabelece que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso (conforme anexo), sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas e, nesse caso considerando o entendimento de Zymler e Dios (2014, p. 177) destacam que a estratégia de não revelar o orçamento em processos de licitação é projetada para impedir que as propostas se alinhem muito de perto com o valor pré-determinado pela administração, promovendo assim ofertas mais competitivas e economicamente viáveis, especialmente em situações de lances fechados.

9.4. Para os autores, esta abordagem força os licitantes a avaliar cuidadosamente suas próprias estruturas de custos e capacidades, em vez de basear suas propostas unicamente nos números fornecidos pela administração, um método que pode levar a dificuldade na implementação do contrato devido a estimativas pouco realistas.

9.5. Portanto, a ocultação do orçamento visa, intensificar a competição e garantir a apresentação de propostas que reflitam precisamente as realidades econômicas dos licitantes, culminando em uma seleção mais eficaz e em benefício da administração.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

10.1. A despesa, possui previsibilidade orçamentária pela Secretaria Municipal de Saúde, considerado que será utilizado a ferramenta do Sistema de Registro de Preços, o empenho será emitido com base nas ordens de fornecimento. Com base no que dispõe o art. 17º, da Decreto Federal nº. 11.462/2023, não é necessário a indicação prévia da dotação orçamentária. Quando da contratação o recurso orçamentário está alocado inicialmente na seguinte rubrica:



3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO

10 302 0011 2023 0000 Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde

11. DA PRIORIDADE/EXCLUSIVIDADE DE PARTICIPAÇÃO LOCAL

Conforme estabelecido na Lei Complementar nº 123/2006, bem como o Decreto Municipal 013/2024 – GP de 04 de abril de 2024, Art. 297; § 1º e 2º incisos I e V, há amparo legal para a adoção de mecanismos de preferência para empresas locais, especialmente para aquelas classificadas como microempresas e empresas de pequeno porte, promovendo o desenvolvimento econômico regional. Dessa forma, ao direcionar o pregão eletrônico com cláusulas que priorizem a contratação de empresas locais, a Prefeitura de Jutai contribui diretamente para a geração de empregos, aumento da renda e fortalecimento do comércio e dos serviços no município.

A adoção da preferência regional na aquisição de material permanente para a saúde no município de Jutai/AM fundamenta-se na necessidade de estimular o desenvolvimento econômico local e regional, assegurando maior agilidade na entrega, melhor suporte técnico e garantia de manutenção dos bens adquiridos, além de promover o cumprimento dos princípios previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente o desenvolvimento sustentável.

12. LOCAL, DATA E ASSINATURA

Jutai/AM, 19 de novembro de 2024.

LUCIA JAIANA DOS SANTOS

Secretária De Saúde

Portaria nº 004/2024



ANEXO III - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

- 1) Não há superveniência de fato impeditiva para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos dos Arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021;
- 2) A empresa atende ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (Lei 9.854 de 27/10/99), conforme modelo do Anexo VIII;
- 3) Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados por qualquer processo de cópia, a ser baixadas em formato compatível no campo específico do sistema informatizado para sessão do pregão, não sendo aceito qualquer documento em papel termo sensível (Fac-símile). As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis, compatíveis com os originais.
- 4) O Pregoeiro reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos ou até mesmo os originais dos documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.
- 5) A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação.
- 6) Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.
- 7) Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.
- 8) Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 9) A não regularização da documentação, no prazo fixado acima, implicará decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/21, sendo facultado à Administração.

10. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede
- b. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- d. No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- e. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- f. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;



- g. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- h. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- i. **Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;**

11. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a. A regularidade fiscal deverá ser verificada e emitida pelo Agente de Contratação, sendo dispensado o envio deste pelo licitante vencedor. A regularidade fiscal será comprovada pelos seguintes documentos:
 - i. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
 - ii. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
 - iii. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - iv. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
 - v. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa junto aos Estado em que o licitante é domiciliado.
 - vi. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais;
- b. Caso o Agente de Contratação não consiga emitir alguma das comprovações deverá comunicar a licitante para que este envie a comprovação no prazo de 2 (duas) horas. O documento faltante enviado pelo licitante deverá ter o seu conteúdo validado pelo Agente de Contratação.

12. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

- a. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;
- b. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta



- i. A licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo simples nacional poderá substituir o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis pelo Extrato do Simples Nacional do mês de apuração antecessor ao mês anterior da data de abertura do certame (mês de abertura do certame – 2 meses).
 - ii. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, o balanço patrimonial e os demonstrativos contábeis serão substituídos pelo balanço de abertura;
 - iii. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador
- c. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada apresentação de declaração, emitida por contador devidamente habilitado, devendo acostadas a Certidão de Regularidade Profissional na declaração, de que a empresa obtém de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}$$

$$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}$$

$$\frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}$$

$$\frac{\text{Passivo Circulante}}$$

- d. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente

13. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a. A qualificação técnica será verificada pela compatibilidade do objeto social do licitante com o objeto deste edital.
- b. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- c. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- d. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, esta será convocada para, no prazo de 5 (cinco)



dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

- e. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- f. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- g. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- h. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- i. O Agente de Contratação, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.
- j. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
 - i. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
 - ii. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- k. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.



MODELO ANEXO IV – DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ nº, com sede na....., através de seu representante legal infra-assinado, que:

- 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
- 2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 3) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.
- 4) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº..... e CPF nº....., cuja função/cargo é (sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.
- 5) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores ou Secretários Municipais, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município.
- 6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).
- 7) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 8) Declaramos que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 9) Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.
- 10) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço: E-mail: Telefone: ()
- 11) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao setor de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos. Nomeamos e constituímos o



ESTADO DO AMAZONAS
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUTAI
CENTRAL DE COMPRAS E SERVIÇOS E CONTRATOS



senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º.
....., para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da
Ata de Registro de Preços/contrato, referente ao Pregão Eletrônico N° XXXXXX e todos os
atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus
Anexos e na Ata de Registro de Preços/Contrato.

....., ... de de 2024.

.....
Sócio Administrador, Diretor ou Representante

MODELO ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ME/EPP

Em conformidade com o disposto na Lei Complementar 123, que dispõe sobre o tratamento diferenciado concedido para as microempresas e empresas de pequeno porte, nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública:

Eu,, RG, legalmente nomeado representante da empresa, CNPJ, e participante do procedimento licitatório n° ..., na modalidade de ..., Processo Administrativo n° ..., declaro, sob as penas da lei, que, a empresa a qual represento cumpre todos os requisitos legais, previsto na lei, para a qualificação como microempresa (ou empresa de pequeno porte), estando apta a usufruir do tratamento diferenciado, e, que, não se enquadra em nenhuma das vedações previstas no § 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

....., ... de de 2024.

.....
Sócio Administrador, Diretor ou Representante Legal Carimbo de Identificação



MODELO ANEXO VI – MINUTA DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº 0XX/2024-PE

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE JUTAI E A
EMPRESA _____, NA FORMA ABAIXO:

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE JUTAI, por intermédio da Prefeitura Municipal, com sede na Rua Sete de Março, s/nº, Cep: 69.660-000, Centro, Jutai (AM), inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 04.285.896/0001-53, representado pelo seu Prefeito Municipal, o Senhor **PEDRO MACÁRIO BARBOZA**, de acordo com atribuição de competência contida no art. 91 da Lei Orgânica do Município, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade nº 1612945-8 SSP/AM e CPF (MF) nº 680.045.672-15, residente e domiciliado à Rua Bom Pastor, nº 60, Bairro Santo Antônio, Jutai/AM, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e

A Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº _____, com sede localizada a _____, Bairro XXXXXXXXXX, cidade de _____-AM, representada pelo(a) Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portadora da carteira de identidade nº 26813874 SSP/AM e do CPF(MF) nº 018.167.522-66, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Nos termos do Decreto nº 013/2024 -GP/PMJ e a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável, devidamente homologado/autorizado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal do Município de Jutai/AM.

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1 O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição _____, na forma discriminada abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID	MARCA	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.						

2.2. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.2.1 O Termo de Referência que embasou a contratação;

2.2.2 Ata de Registro de Preços;

2.2.3 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E VALOR DO CONTRATO

3.1 O presente contrato terá vigência de XX (XXX) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.1.1 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da contratada, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E DE GESTÃO CONTRATUAL



4.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, vinculado a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA SEXTA – DA ORIGEM DOS RECURSOS

6.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária proveniente de emenda parlamentar, prevista no orçamento Municipal para o exercício de 2024, conforme abaixo.

Unidade Orçamentária:

Atividade:

Elemento de Despesa

Fonte do Recurso:

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1 Preço

7.1.1 O valor total do contrato é de R\$ (.....).

7.1.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7.2 Forma de Pagamento

7.2.1 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.

7.2.2 Será considerado a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3 Prazo de Pagamento

7.3.1 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

7.3.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.4 Condições de Pagamento

7.4.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.

7.4.2 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.4.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo



para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;

7.4.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei Nº 14.133/2021.

7.4.5 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:

- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.4.6 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.4.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.4.8 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.4.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.

7.4.10 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.10.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.11 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE E DO REESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

8.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2 Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

8.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

8.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8 O reajuste será realizado por apostilamento, conforme previsão do Art. 136, da Lei 14.133/2021.



8.9 Poderá ser reestabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento, desde que objetivando o reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, nos termos do Art. 124, inciso II, alínea “d” da Lei 14.133/2021, devendo ser formalizado através de ato administrativo.

8.10 O pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLAÚSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o presente contrato;

9.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência, vinculado ao presente contrato;

9.3 Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Contratada;

9.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme Art. 143, da Lei nº 14.133/2021;

9.6 Efetuar o pagamento à Contratada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e no presente Contrato;

9.7 Aplicar à Contratada as sanções previstas na lei e no presente Contrato;

9.8 Cientificar o Órgão competente para adoção das medidas cabíveis, quando do descumprimento de obrigações pela Contratada;

9.9 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

9.9.1 A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação por igual período, quando motivada;

9.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela contratada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis;

9.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.2 Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os produtos/materiais nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;



10.5 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.6 Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede da contratada; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

10.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, em tempo hábil, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

10.9 Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.10 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação;

10.11 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.12 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);

10.13 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

10.15 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.16 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demanda dos, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

10.17 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

10.18 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;

10.19 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

10.20 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 Cometer infração administrativa, nos termos da lei, o contratado que, com dolo ou culpa:



11.1.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o processo ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) Administração durante o procedimento;

11.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente, devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) Deixar de apresentar amostra, quando for o caso;
- e) Apresentar proposta em desacordo com as especificações do instrumento convocatório;

11.1.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou, quando for o caso a ata de registro de preço, ou ainda aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o processo ou prestar declaração falsa durante o trâmite;

11.1.5 Fraudar o processo;

11.1.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada, no caso de solicitação de amostras;

11.1.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do processo;

11.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013;

11.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos concorrentes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1 Advertência;

11.2.2 Multa;

11.2.3 Impedimento de licitar e contratar e;

11.2.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2 As peculiaridades do caso concreto;

11.3.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1 Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato.

11.4.2 Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato.

11.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade



mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7 e 11.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

11.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.3.1., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora do procedimento, quando tiver sido exigida, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73, de 2022.

11.10 A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14 A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:

- a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3 Constituem motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos presentes autos, as situações previstas no Art. 137, da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com observância às previsões contidas nos artigos 138 e 139 da referida Lei.



CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos será o decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS

15.1 A CONTRATADA, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Proteção de Dados Pessoais e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei 13.709/2018, além das demais normas e políticas de proteção de dados de cada país onde houver qualquer tipo de tratamento dos dados dos clientes, o que inclui os dados dos clientes desta. No manuseio dos dados a CONTRATADA deverá:

- (i) Tratar os dados pessoais a que tiver acesso apenas de acordo com as instruções da CONTRATANTE e em conformidade com estas cláusulas, e que, na eventualidade, de não mais poder cumprir estas obrigações, por qualquer razão, concorda em informar de modo formal este fato imediatamente à CONTRATANTE, que terá o direito de rescindir o contrato sem qualquer ônus, multa ou encargo.
- (ii) Manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida.
- (iii) Acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização) e que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.
- (iv) Garantir, por si própria ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos os seus colaboradores prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados que lidam com os dados pessoais sob responsabilidade da CONTRATANTE assinaram Acordo de Confidencialidade com a CONTRATADA, bem como a manter quaisquer Dados Pessoais estritamente confidenciais e de não os utilizar para outros fins, com exceção da prestação de serviços à CONTRATANTE. Ainda, treinará e orientará a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

15.2 Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da CONTRATANTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações.

15.3 Caso a CONTRATADA seja obrigada por determinação legal a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente a CONTRATANTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

15.4 A CONTRATADA deverá notificar a CONTRATANTE em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de:

- (i) Qualquer não cumprimento (ainda que suspeito) das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais pela CONTRATADA, seus funcionários, ou terceiros autorizados;
- (ii) Qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades e responsabilidades da CONTRATADA.

15.5 A CONTRATADA será integralmente responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta à CONTRATANTE e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento pela CONTRATADA de qualquer das cláusulas previstas neste capítulo quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS



16.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2 A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas, mediante celebração de termo aditivo.

16.4 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção à Lei nº 12.527, de 2011.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. É eleito o Foro da comarca de Jutai, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Jutai/Amazonas, de de 2024.

Pedro Macário Barboza
Prefeito Municipal de Jutai/AM
Contratante

EMPRESA
CNPJ Nº
Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME: _____
CPF _____

NOME: _____
CPF _____



MODELO ANEXO VII – MINUTA DE ATA DE REGISTRO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º/2024 – CCSC / PMJ

O **MUNICÍPIO DE JUTAI-PREFEITURA MUNICIPAL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 04.285.896/0001-53, com sede administrativa na Rua Costa e Silva Nº 119-E, Estado do Amazonas, neste ato representada pelo **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, o Sr. **XXXXXXXXXXXXX**, brasileiro, funcionário público, portador da Cédula de Identidade RG XXXXXXXXXXXXX e inscrito no CPF sob o nº XXXXXXXXXXXXX, nomeado pela Portaria nº 00X de XX de janeiro de 2021, publicada no Diário Eletrônico Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas em 20 de janeiro de 2021, Cód. Identificador QB0ES5FTP.

Considerando o julgamento da licitação na modalidade de Pregão, na forma Eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº/2024**, publicada no Diário Eletrônico Oficial dos Municípios do Estado do Amazonas em/...../2024, Processo Administrativo n.º/2024- PMJ, **RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal 013/2024, de 15 de abril de 2024 e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de , especificado(s) no(s) item(ns)..... do Termo de Referência, Anexo II – Termo de Referência do edital de Licitação nº/2024, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (<i>razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante</i>)							
Item	Descrição	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata. Obedecendo a ordem prevista no inciso II e § 2º do art. 18 do Decreto nº 11.462, de 2023.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o **MUNICÍPIO DE JUTAI-AM**

3.2. Além do gerenciador, não há órgãos ou outras entidades públicas participantes deste registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;



- 4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
- 4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
- 4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
- 4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
- 4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
- 4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
- 4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

- 4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
- 4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
- 4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.7.
- 4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
- 5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.



- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.
- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
- 5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
- 5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
- 5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
- 5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
- 5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.
- 5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
- 5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
- 5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
- 5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
- 5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
- 5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS



6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.



7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.



10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes, se aplicável.

Jutai/AM, de de 2024.

Secretaria Municipal de Administração
Manoel Mendes Claudio
Secretário Municipal

EMPRESA LICITANTE:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXX

Representante